



ações estratégicas do sistema ambiental paulista

Medidas de Integração e Eficiência para a Qualidade da Gestão Ambiental

Projeto e Ações em Andamento

Junho 2018



LINHAS DE AÇÃO DA GESTÃO

I – GESTÃO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

II - GESTÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL

III - ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

IV – PESQUISA CIENTÍFICA AMBIENTAL

V – MEDIDAS DE ECONOMIA E RACIONALIZAÇÃO

AÇÕES DO SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA

I - GESTÃO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	7
1. RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO	7
2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS	16
3. PARQUES URBANOS E UNIDADES DE PRODUÇÃO FLORESTAL	24
4. FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	28
5. CONSERVAÇÃO DA FAUNA	31
II - GESTÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL	35
1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL	35
2. RESÍDUOS SÓLIDOS	37
3. AÇÕES DE CONTROLE À POLUIÇÃO	40
4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E EFICIÊNCIA NO CONTROLE À POLUIÇÃO	42
5. MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL	44
III - ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	46
1. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO (ZEE)	46
2. PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL	48
3. VERÃO NO CLIMA	49
4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL	50
5. PARCERIAS COM SETORES PRODUTIVOS E OUTRAS SECRETARIAS	53
6. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SERRA DA MANTIQUEIRA	57
7. GERENCIAMENTO COSTEIRO (GERCO)	57
8. AÇÃO NOS MANANCIAIS METROPOLITANOS	58
9. RECURSOS HÍDRICOS: COMITÊS DE BACIA E PROJETOS FEHIDRO	60
10. PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS E DE REDUÇÃO DE RISCOS GEOLÓGICOS	61
11. ACESSO A INFORMAÇÕES AMBIENTAIS ESTRATÉGICAS	63
12. CONEXÃO INTERNACIONAL	65
IV - PESQUISA CIENTÍFICA AMBIENTAL	66
1. MODERNIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DO SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA	66
2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE PESQUISA (PDIP)	67
3. PROMOÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	68
4. CAPACITAÇÃO EM BOTÂNICA	68

5. IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO HERBÁRIO D. BENTO PICKEL E NOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO ECOPROFISSIONAL	69
V – MEDIDAS DE ECONOMIA E RACIONALIZAÇÃO	69
1. LOCAÇÃO ZERO	69
2. MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA CETESB	70
3. PROJETO PRISMA	70
4. COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	71
5. SISTEMA DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL	71
6. SISTEMAS INFORMATIZADOS DE APOIO ÀS AÇÕES DA CETESB	72
METAS	75

I - GESTÃO DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

1. RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO

A. Programa Nascentes

O Programa une especialistas em restauração, empreendedores com obrigações ambientais e detentores de áreas a serem restauradas, otimizando e direcionando investimentos públicos e privados para implantação de projetos de restauração no estado de São Paulo.

Status:

- Foi publicada a Resolução SMA 7/2017, dispondo sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo, apoiada na ideia de equivalência ambiental entre tais áreas e as que serão restauradas;
- Foi publicado o Decreto nº 62.914/2017, consolidando regras gerais sobre o Programa;
- Foi alterada a Resolução SMA 51/2016, que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental, visando aumentar o número de conversões no âmbito do Nascentes;
- Foi assinado Protocolo de Intenções com a União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA) e com a Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), visando apoio à conversão de multas prevista na Resolução SMA 51/2016;
- No âmbito do Nascentes, 7.667 hectares estão em restauração, o que equivale a 12,7 milhões de mudas ou a 10.738 campos de futebol;
- 29 projetos aprovados na Prateleira de Projetos, com mais de 1.000 hectares para restauração;
- 3.216,57 hectares disponíveis para restauração em 11 Unidades de Conservação da Fundação Florestal e do Instituto Florestal;

- 13.000 hectares disponíveis para restauração em Assentamentos Rurais do ITESP;
- e
- 106.425,20 hectares no Banco de Áreas Disponíveis para Restauração (CAR), sendo 3.945,73 hectares disponíveis para restauração imediata.

Ações previstas:

- Articulações entre os parceiros do Programa, os detentores de obrigações ambientais ou interessados em restaurar voluntariamente e os proprietários de áreas aptas a serem restauradas, visando à implantação de projetos de restauração no estado de São Paulo;
- Alinhamento das atividades de produção de mudas pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), com sementes do Instituto Florestal (IF), para projetos de restauração no estado;
- Acompanhamento do cumprimento de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA);
- Apoio à Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) para estimular a conversão de multas em serviços de restauração; e
- Parcerias para fomentar a restauração do estado de São Paulo.

B. Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE)

Sistema disponibilizado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) para acesso público e de forma gratuita, com a finalidade de registro, monitoramento, e apoio à iniciativa e projetos de restauração ecológica no estado de São Paulo (Resolução SMA 32/2014).

Status:

- 7.181 hectares em restauração cadastrados no SARE; e
- Lançamento dos Módulos de Monitoramento e de Adequação Ambiental.

Ações previstas:

- Fomento para inscrição de novos projetos no SARE, visando acompanhamento pelo Sistema Ambiental Paulista das iniciativas de restauração em andamento no estado;
- Lançamentos do Módulo Termos no primeiro semestre de 2018; e
- Melhoria e ajustes, considerando os feedbacks de usuários ativos.

C. Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA)

O Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo (SiCAR/SP) é o sistema que permite o cadastramento dos imóveis rurais paulistas no CAR. Os possuidores ou proprietários dos imóveis rurais têm até o dia 31 de maio de 2018 para fazer o cadastramento. O Programa de Regularização Ambiental (PRA) é o conjunto de regras relativas ao processo de regularização perante a Lei Federal 12.651/2012, que tem como base o CAR.

Status:

- 330.218 imóveis inscritos no SiCAR/SP, com 19.185.644,28 hectares cadastrados (93,57% da área cadastrável). Dos imóveis inscritos, 283.851 têm menos de 4 Módulos Fiscais (5.337.046,31 hectares) e 46.367 têm mais de 4 Módulos Fiscais (13.848.597,97 hectares);
- Em razão da suspensão da vigência e eficácia da Lei Estadual 15.684/2015 em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), o PRA está suspenso no estado de São Paulo. Foi editada Resolução SMA que suspende a análise definitiva do CAR, salvo quando houver determinação judicial ou quando o possuidor ou proprietário optar antecipadamente pela não adesão ao PRA; e
- Decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo suspendeu o processo da ADIN ajuizada contra a Lei Estadual 15.684/2015 até que haja decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a arguição de inconstitucionalidade da Lei Federal 12.651/2012.

Ações previstas:

- Apoiar os cadastros dos imóveis rurais no estado de São Paulo, e solicitar retificações e complementações por meio de análises prévias dos cadastros efetuados;
- Analisar definitivamente os cadastros nos termos da Resolução SMA 46/2017;
- Analisar medidas para a efetiva implantação do PRA no estado de São Paulo;
- Publicar minutas de resolução SMA, que estão sendo preparadas pela CBRN, para ações relacionadas à regularização dos imóveis rurais (exemplo: doação de áreas em UCs como forma de compensação de Reserva Legal); e
- Consolidar sistema de implantação do PRA.

D. Regulamentação da Exploração Sustentável de Vegetação Nativa

A Proposta de nova regulamentação em substituição à norma atual (Resolução SMA 14/2014) visa conferir segurança jurídica e desburocratizar os processos, viabilizando e fomentando a exploração sustentável de vegetação nativa, inclusive em áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP). A valorização da vegetação nativa através da permissão do desenvolvimento de atividades produtivas, desde que de forma sustentável, é uma importante estratégia de conservação de fragmentos remanescentes, bem como consistirá em um instrumento essencial para o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Status: Minuta elaborada, em fase de consulta a outras áreas do Sistema Ambiental Paulista para contribuições – previsão de consolidação é agosto de 2018.

Ações previstas:

- Consolidação do texto e submissão para consulta pública; e
- Desenvolvimento de sistema informatizado de controle e acompanhamento das atividades.

E. Implantação de Polo Florestal Multifuncional no Vale do Paraíba

Desenvolvimento de modelo de floresta com finalidade ecológica e econômica, como uma estratégia para induzir à recomposição de vegetação em áreas prioritárias para a conservação da água e da biodiversidade. Trata-se de Iniciativa da SMA com diversos parceiros visando apoiar a adequação ambiental dos imóveis rurais, com o máximo de benefícios e menor custo, além de propor uma nova agenda de desenvolvimento para terras com vocação florestal que se encontram subutilizadas através da exploração sustentável de madeira e produtos não madeireiros de espécies nativas.

Status: Foram realizados diversos estudos e trabalhos, destacando-se:

- Estudo do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF), subsidiado por dados do Instituto Florestal e custeado com recursos do PDRS (identificação de espécies nativas com potencial econômico, levantamento e organização de informações ecológica, silviculturais e de mercado das espécies de interesse, seleção de espécies "carros-chefe", proposição de modelos com as melhores combinações que conciliam potencial econômico e requisitos ambientais para Reservas Legais, avaliação econômica dos modelos e identificação e hierarquização de áreas com vocação para implantação de florestas);
- Desenvolvimento de Webportal para disponibilização de informações sobre espécies e modelos recomendados para cada região;
- Estudo sobre adequação das linhas de financiamento existentes, com recursos do PDRS;
- Três estudos para proposição de polo florestal para a Bacia do Rio Paraíba do Sul, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (apoio técnico), com informações relacionadas ao estudo do IPEF e propositura de arranjos para a governança do polo; e
- Avaliação econômica dos modelos propostos e de potenciais fontes de financiamento, contratada pelo Banco Mundial/PROFOR. Foram implantadas unidades demonstrativas em áreas da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) e propriedades privadas.

Ações previstas:

- Manutenção e fortalecimento das parcerias (informais) com BID, BIRD, EMBRAPA, SAA/CATI, IPEF, WRI Brasil, IUCN, The Nature Conservancy, Instituto Ecofuturo, Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba, Prefeituras, organizações de produtores rurais e empresas privadas;
- Lançamento de Web Portal para oferecer recomendações dos modelos de florestas nativas com finalidade ecológica e econômica mais adequados para todas as regiões do estado (em homologação);
- Finalização de modelo de negócio para o polo piloto do Vale do Paraíba, com o apoio do Banco Mundial/PROFOR e apresentação para potenciais financiadores, proprietários rurais e demais interessados;
- Continuidade das ações voltadas ao desenvolvimento de produtos e mercados de espécies nativas, em parceria com a Embrapa, IPEF, TNC, ESALQ/USP e outros;
- Integração com outras iniciativas da SMA, que podem viabilizar o início da implantação da proposta (Programa Nascentes, Projeto GEF Mata Atlântica, Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e conversão de multas); e
- Preparação de carta consulta, submetida à aprovação da COFLEX para o Projeto SP Agricultura ProClima, a ser executado em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, contemplando a recuperação de áreas degradadas, implantação de sistemas produtivos sustentáveis e agroflorestais, florestas nativas multifuncionais e restauração ecológica.

F. Recuperação Ambiental de Unidades de Conservação

Portaria FF 115/15 instituiu Grupo de Trabalho com a missão de proposição de programa institucional sobre o tema no âmbito da Fundação Florestal, incluindo objetivos, diretrizes institucionais, critérios técnicos, procedimentos internos, critérios de priorização de áreas e indicadores e metas.

Status:

- Programa foi instituído pela Portaria 265/17 da Fundação Florestal; e

- Instituído Grupo Técnico Permanente do Programa de Recuperação Ambiental - GTPRA pela Portaria FF/DE 059/2018 como primeira medida de execução do Programa, tendo, como algumas de suas atribuições: (1) proceder a análise das demandas de recuperação com base nas diretrizes e critério técnicos do Programa de Recuperação Ambiental; (2) inserir áreas no Banco do Programa Nascentes; (3) orientar e facilitar a elaboração de projetos de restauração; (4) acompanhar a execução dos projetos de restauração; (5) promover a articulação entre a Fundação Florestal e outras áreas do Sistema Ambiental Paulista; e (6) organizar as informações e registros dos projetos já executados e em curso, quantificando o montante de recursos financeiros investidos no Programa.

Ações previstas: A primeira reunião do GTPRA será realizada no dia 03/04/2018.

G. Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis em Áreas Privadas Relacionadas a Unidades de Conservação

Aplicação combinada de mecanismos de gestão de UC e incentivos de mercado para promover o aumento da área protegida, a melhoria na eficácia da gestão de unidades de conservação e o incremento de biodiversidade associado à sustentabilidade financeira em propriedades privadas na Área de Proteção Ambiental (APA) São Francisco Xavier e na Zona de Amortecimento da Estação Ecológica de Bananal e do Parque Estadual da Serra do Mar (Itariru e Santa Virginia), com ênfase nos corredores ecológicos.

Status: Início de implantação do Projeto GEF Mata Atlântica, no âmbito do qual serão realizadas ações de Pagamentos por Serviços Ambientais e ações de certificação e fortalecimento de cadeias produtivas.

Ações previstas:

- Seleção das organizações executoras (mobilização e assistência técnica a produtores rurais) em cada um dos quatro territórios;
- Publicação de Resolução Conjunta FF/SMA instituindo projeto de pagamento por serviços ambientais e do edital de PSA Uso Múltiplo;
- Publicação do Edital de Apoio à Certificação e Cadeias de Valor Sustentável;

- Contratação de sistema de acompanhamento do projeto (atendendo a Fundação e a SMA); e
- Criação e contratação de ferramentas de divulgação (site, folders, vídeos, etc.).

H. Pagamentos por Serviços Ambientais

Projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) implementados pelo Sistema Ambiental Paulista com base na Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual 13.798/2009) e no Decreto Estadual 59.260/2013, que instituiu o Programa Crédito Ambiental Paulista.

Status:

- Dois convênios em andamento com os Municípios de Votuporanga e Piracaia, no âmbito do Projeto Mina D'Água - Resolução SMA 123/2010 (foram assinados, ao todo, 51 convênios);
- Projeto Crédito Ambiental Paulista para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - CAP RPPN - Resolução SMA 89/2013 - com 17 RPPNs sob contrato;
- Projeto de PSA sendo iniciado com recursos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – publicada a Resolução PSA Mata Ciliar (Resolução 142/2017) em novembro de 2017 e lançamento de dois editais para a seleção de provedores (em 01/12/17 e 09/02/18) – os pagamentos serão realizados com recursos do PDRS até 20 de agosto de 2018;
- Projeto GEF Mata Atlântica em início de implantação; e
- Publicado o edital de PSA Fauna para Áreas de Soltura.

Ações previstas:

- Acompanhamento dos convênios e contratos firmados no âmbito dos Projetos Mina D'Água e CAP RPPN;
- Implantação do projeto GEF Conexão Mata Atlântica pela SMA e Fundação Florestal, correspondendo a duas modalidades de PSA: PSA para a conservação das florestas existentes em terras privadas (PSA Proteção – Resolução SMA 86/2017) e PSA para apoiar sistemas produtivos mais sustentáveis em áreas rurais (PSA Uso Múltiplo);

- Fomento e apoio a projetos e programas municipais de PSA em articulação com o Programa Município VerdeAzul (PMVA);
- Formalização de Acordo de Cooperação com a Fundação Grupo Boticário para apoio no aprimoramento dos projetos de PSA;
- Novo edital de PSA para RPPNs.

I. Plano de Ação e Combate aos Incêndios Florestais em Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas Estaduais (PPCIF)

Planejamento e implantação do Sistema Estadual de Combate a Incêndios Florestais, instituído pela Lei Estadual nº 10.547/2000 e Decreto 56.571/2010, e coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São necessárias, por parte do poder público e da coletividade, diversas medidas buscando a prevenção dos incêndios florestais. Na ocorrência desses eventos, surge a necessidade de adoção de medidas conjuntas e integradas entre diversos atores, de forma rápida e articulada, e com estruturas, veículos, equipamentos e pessoal treinado para o combate ao fogo.

Status:

- Deliberação pelo Comitê Executivo da Operação Corta-Fogo sobre a necessidade de criação de Planos de Contingência (Planos de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas Estaduais – PPCIF) em novembro de 2017;
- Elaboração de minuta inicial do modelo do Plano pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental; e
- Duas reuniões técnicas entre Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, Fundação Florestal e Instituto Florestal para discussão e aprimoramento da minuta do modelo do Plano;
- Lançamento da Operação Corta Fogo 2018 , com conclusão dos PPCIFs para as 20 Unidades de Conservação que tem o fogo como maior ameaça potencial.

Ações previstas:

- Reunião técnica com Corpo de Bombeiros e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil para validação da minuta do modelo do Plano;

- Aprovação da minuta do modelo do Plano pelo Comitê Executivo da Operação Corta-Fogo;
- Oficina de trabalho com Gerentes Regionais da Fundação Florestal e com Chefes de Seção do Instituto Florestal para apresentação do modelo do Plano.

2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS

A. Planos de Manejo

Elaboração de planos de manejo com base em Roteiro Metodológico a ser proposto pelo Comitê de Integração de Planos de Manejo, nos termos da Resolução SMA 93/2017, envolvendo as equipes técnicas do Sistema Ambiental Paulista (SAP).

Status:

- Roteiro Metodológico está sendo elaborado para submissão à análise do Secretário de Estado do Meio Ambiente, e será finalizado após a análise da aplicação de suas diretrizes na elaboração dos 11 planos de manejo do Projeto Piloto:
 - APA Rio Batalha (FF)
 - Estação Ecológica Avaré (IF)
 - Estação Ecológica Itapeti (FF)
 - Estação Ecológica Marília (IF)
 - Estação Ecológica Paranapanema (IF)
 - Floresta Estadual de Guarulhos (FF)
 - Floresta Estadual de Pederneiras (IF)
 - Monumento Natural da Pedra Grande (FF)
 - Parque Estadual Itaberaba (FF)
 - Parque Estadual Itapetinga (FF)
 - Parque Estadual Restinga de Bertiooga (FF)
- Projeto Piloto foi dividido em dois blocos, sendo que o primeiro, composto pelos planos de manejo das Estações Ecológicas de Marília e Avaré, da Floresta Estadual de Guarulhos, do Monumento Natural da Pedra Grande e dos Parques

Estaduais Itapetinga e Itaberaba, está sendo submetido a audiências públicas para depois ser encaminhado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA);

- Os diagnósticos dos planos de manejo do Bloco 2 estão sendo apresentados aos respectivos conselhos, sendo que, até final de março, apresentados os diagnósticos da Estação Ecológica de Itapeti, do Parque Estadual Restinga de Bertioxa, e da APA Rio Batalha;
- Com relação aos planos de manejo sobre os quais incide a regra de transição estabelecida pelo Comitê de Integração (que seguem os métodos de elaboração adotados durante suas respectivas concepções):
 - Estação Ecológica de Xitué: foi elaborado o ato normativo que reflete o plano de manejo que foi aprovado pelo CONSEMA, com previsão de publicação em abril;
 - Estação Ecológica de Itapeva: processo retornou ao Instituto Florestal para revisão do zoneamento e para apresentação da proposta do plano ao respectivo conselho consultivo;
 - Floresta Serra D'Água: o Instituto Florestal está organizando a apresentação da proposta do plano ao respectivo conselho;
 - Noroeste Paulista: processo está com a FIESP para elaboração de relatório no âmbito da CTBIO;
 - Estação Ecológica Santa Maria, Área de Proteção Ambiental Ilha Comprida, Estação Ecológica de Bananal, Área de Proteção Ambiental Ibitinga, Áreas de Proteção Ambiental Marinhas (Norte, Sul e Centro) e ARIES: planos de manejo estão em fase de elaboração pelos respectivos órgãos gestores, com o apoio de outros órgãos e entidades do Sistema Ambiental Paulista que compõem o Comitê de Integração; e
- Foi delineada proposta para a definição das UC que integrarão a próxima fase de trabalho do Comitê a ser apresentada aos dirigentes do Sistema;
- Aprovado pelo Consema e publicado Plano de Manejo do Parque Estadual Turístico Alto do Ribeira – PETAR;
- Realização das audiências públicas para o Bloco 1 do Projeto Piloto;

- Apresentação dos planos de manejo do Bloco 2 do Projeto Piloto aos respectivos conselhos consultivos;
- Apresentação à CTBio dos Planos de Manejo pilotos dos Parques Estaduais de Itaberaba e Itapetinga.

Ações previstas:

- Realização de seminário para debater o novo roteiro metodológico;
- Publicação do Roteiro Metodológico pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA);
- Finalização dos processos de elaboração de planos de manejo da regra de transição (Estação Ecológica Xitué, Estação Ecológica de Itapeva, Floresta Serra D'Água, Noroeste Paulista, Estação Ecológica Santa Maria, Área de Proteção Ambiental Ilha Comprida, Estação Ecológica de Bananal, Área de Proteção Ambiental Ibitinga, Áreas de Proteção Ambiental Marinhas (Norte, Sul e Centro) e ARIES);
- Definição das próximas UC que integrarão a próxima fase de trabalho do Comitê de Integração, sendo que três UC poderão contar com recursos do MMA/KFW/GIZ (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itapanhapima - FF, Reserva Extrativista da Ilha do Tumba - FF e Reserva Extrativista Taquari – FF).

B. Concessões da Área de Uso Público de Unidades de Conservação

A Lei Estadual 16.260/2016 autorizou a concessão para exploração de serviços de ecoturismo e visitação pública de 25 próprios estaduais/Unidades de Conservação. Como projeto piloto foi estudada a concessão de três Parques Estaduais: (i) Alberto Löfgren (IF/Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU); (ii) Cantareira (FF); e (iii) Campos de Jordão(FF).

Status:

- Realização, no primeiro semestre de 2017, de Chamamento Público para recebimento de estudos sobre a viabilidade da concessão dos três parques estaduais: três empresas entregaram estudos;

- Em março de 2017 foi assinado acordo de cooperação com o Instituto Semeia para o desenvolvimento de Projetos de Concessões ou Instrumentos Análogos nas UC;
- Fechamento de modelagem econômica e financeira da concessão, demonstrando a viabilidade econômica para o Parque Estadual de Campos de Jordão e para o Parque Estadual da Cantareira;
- Após a finalização das minutas de edital e contrato, em janeiro e fevereiro de 2018, foram realizadas as Consultas Públicas para as duas unidades; e
- Em fevereiro e março de 2018 ocorreram as oitivas dos Conselhos Consultivos das UC e do Sistema de Informação e de Gestão de Áreas Protegidas (SIGAP).
- Realização audiência pública (PE Cantareira em 24/05/2018 e PE Campos do Jordão em 12/06/2018);
- Aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) para Parque Estadual da Cantareira.

Ações previstas:

- Aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) para Parque Estadual de Campos do Jordão;
- Publicação do edital de licitação prevista para julho; e
- Iniciar estudo de viabilidade da concessão em duas novas unidades: Parque Estadual Intervalles e Caminhos do Mar.

C. Criação de Unidades de Conservação

Criação de quatro áreas: Parque Estadual Águas da Prata, com 50,42 hectares, localizado no município de Águas da Prata; Parque Estadual Águas da Billings, com 187,60 hectares, localizado no Município de São Bernardo do Campo; Mosaico de Unidades de Conservação do Cerrado Paulista, com 4.238,26 hectares, que abrange o Refúgio de Vida Silvestre Aimorés e a Área de Relevante Interesse Ecológico Leopoldo Coutinho, localizado nos municípios de Agudas, Bauru e Pederneiras; Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Itapeti, com 5.377 hectares, abarcando territórios entre os municípios de Mogi, Guararema e Suzano, e do Mosaico Itapeti-Tietê; Floresta Estadual Noroeste

Paulista; e Fomento e reconhecimento pelo Sistema Ambiental Paulista de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs.

Status:

- Publicação do Decreto 63.323/2018 que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas necessárias à criação do Parque Estadual Águas da Billings, e do Decreto 63.324/2018, que cria a Unidade de Conservação;
- Aprovado no Consema proposta de criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Cerrado Paulista;
- Aprovado no Consema proposta de criação da APA Serra do Itapeti;
- Entre 2015 e até junho 2018 foram reconhecidas as 11 RPPNs pela Secretaria do Meio Ambiente, totalizando 937 hectares;
- Criação do Parque Estadual Águas da Prata pelo Decreto nº 63.454/2018;
- Criação da Floresta Estadual Noroeste Paulista pelo Decreto nº 63.455/2018.

Ações previstas:

- Águas da Billings: Elaboração de Plano de Trabalho para implantação da UC e ordenamento do uso público – com recursos da Câmara de Compensação Ambiental, e abertura de processo de instituição de Conselho Consultivo;
- Em elaboração os estudos para criação da APA Barreiro Rico;
- Aprovação dos decretos que criam a APA Serra do Itapeti e do Mosaico de Unidades de Conservação do Cerrado Paulista.

D. Conselhos de Unidades de Conservação

Aprimorar a participação e envolvimento da sociedade civil nas áreas protegidas, ampliando e regularizando sua participação em conselhos consultivos e deliberativos.

Status: Até junho de 2018 foram instituídos 24 conselhos consultivos / deliberativos, de acordo com as normas do SIGAP e as Resoluções SMA 88/2017 e 25/2018.

Ações Previstas: Instituição de todos os Conselhos Consultivos e Deliberativos das Unidades de Conservação.

E. Regularização Fundiária de Unidades de Conservação

O planejamento para a regularização fundiária de Unidades de Conservação se trata de um conjunto de ações e esforços voltadas à consolidação dos limites das unidades de conservação que já são de domínio do Estado e ações com foco na aquisição de propriedades privadas, objetivando a consolidação do domínio público nas unidades que a lei assim determine.

Status:

- Em relação as áreas prioritárias, foram feitos trabalhos de espacialização em uma base cartográfica e foram identificados os serviços necessários para cada situação, ou seja: aquisições, diagnóstico fundiário, reintegrações etc;
- Aprovado plano na Câmara de Compensação Ambiental para as unidades do Contínuo Cantareira no valor de R\$ 19 milhões, que já contam com levantamento do ITESP.

Ações Previstas:

- Elaboração de termos de referência para a contratação de diagnósticos fundiários e de ações de georreferenciamento, aquisições amigáveis e desapropriações judiciais e outras;
- Aquisição de áreas no Contínuo Cantareira.

F. Uso Público/Ecoturismo

Aprimorar as ações de ecoturismo no âmbito da Fundação Florestal e das demais áreas de uso público do Sistema Estadual de Meio Ambiente, atendendo a população paulista por meio de distribuição do passaporte gratuitamente e por meio de ações virtuais nas redes sociais e meios de comunicação, buscando estimular a visitação em todo o território do Estado. Além disso, pretende dar visibilidade e transparência para as unidades de visitação ante os visitantes.

Constituição de dois fóruns: Comitê de Integração do Uso Público (CIUP) pela Resolução SMA 162/2017, com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos

para o desenvolvimento do Uso Público de Parques Urbanos e Unidades de Conservação e Câmara Temática de Ecoturismo dentro do Conselho de Turismo do Estado de São Paulo (CONTURESP) em dezembro de 2017 para auxiliar na elaboração de diretrizes para o Plano Diretor de Turismo do Estado de SP com o objetivo de transformar os Parques Estaduais Paulistas em agentes indutores de desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo regional, gerando diferentes oportunidades de futuras parcerias e inovação nos modelos de negócios e melhor distribuir os visitantes pelo Estado de São Paulo.

Status:

- Assinatura de convênio para parceria com a iniciativa privada para fornecimento de dados de trilhas e captação de imagens para a produção do Projeto “Passaporte Trilhas de SP – 2ª edição”;
- Elaboração de Minuta de Convênio entre SMA, FF e Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) com o objetivo de integrar planos, programas, projetos e atividades desenvolvidas pelas instituições para potencializar as ações turísticas nas regiões em que estão situadas as Áreas Naturais Protegidas (Parques Urbano, áreas contempladas pelo SNUC), mediante as orientações e condicionantes dos documentos de gestão destas áreas protegidas;
- Proposto Projeto “Parques Inteligentes” com a publicação da Resolução do Projeto e respectivo Plano de Trabalho.

Ações previstas:

- Finalizar a Matriz de Unidades de Visitação para elaboração de folders direcionando o perfil de público e de portfólios para agências de turismo e de eventos, além de disponibilizar para o público em geral;
- Elaboração do Passaporte Trilhas de São Paulo e de Aves e Estudo para Guia para bikes;
- Fortalecimento do CIUP e da Câmara Temática do Ecoturismo;
- Proposição de Projeto para Fortalecimento e Melhoria na gestão do Uso Público para o incremento da visitação para apresentar na Câmara de Compensação Ambiental.

G. Recuperação Socioambiental da Serra do Mar

Promover a remoção de famílias em áreas de risco e dentro de Parques e a conservação, uso sustentável e recuperação socioambiental do Parque Estadual da Serra do Mar, Mosaico Juréia-Itatins e Unidades de Conservação Marinhas. Em parceria com a Secretaria da Habitação, desenvolve ações tanto para recuperação social como ambiental, com destaque para as realocações e recuperação ambiental dos Bairros Cota, em Cubatão. O seu forte foi ter trabalhado juntamente com a comunidade, de forma a promover a conservação, o uso sustentável e a restauração ambiental do bioma Mata Atlântica.

Status – Concluído:

- Constituição da metodologia de fiscalização integrado - atualmente o SIM e SIMMar;
- 11 obras de infraestrutura no PESH (04 Bases de Proteção nos Núcleo Cunha (Barra), Caraguatatuba (Gravi), Santa Virgínia (Catuçaba); Itariru (Pedra Lisa); 01 Centro de Visitantes e 01 Guarita no Núcleo Curucutu; 02 Guarita, 01 Centro de Visitantes, 01 base de proteção e 01 Conjunto Sanitário no Núcleo Itutinga-Pilões);
- 03 obras no Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas, sendo, 01 conjunto com quiosque e sanitários no PE Ilha Anchieta;
- 02 obras no PE Xixová-Japuí (1 Base Conjugada e 1 Guarita) e
- 01 obra de infraestrutura no Mosaico Juréia-Itatins, a reforma da Base Rio Verde da E.Ec. Juréialtatins;
- Entrega de 01 (uma) aeronave (helicóptero biturbina) para uso da Polícia Militar Ambiental;
- Entrega de 11 embarcações (3 para Polícia Militar Ambiental + 2 APAs Marinhas Sul e Norte + 4 Mosaico Juréia Itatins + 01 de PE Ilha do Cardoso+ 1 P.E. Ilha Anchieta), 81 veículos, sendo 65 veículos para a Polícia Militar Ambiental e 16 para Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável, além de 3 tratores e 2 motos;
- Entrega de 09 Bases Móveis (trailers) para uso público;
- Curso de Capacitação para Gestores de Unidades de Conservação,

- Projeto Sistema de Trilhas e Atrativos;
- Sistema de monitoramento de qualidade ambiental do PESM;
- Manual de Gestão de Unidades de Conservação);
- Levantamento planialtimétrico do local das futuras instalações do Jardim Botânico de Cubatão;
- Plano de manejo florestal para erradicação de exóticas do PESM;
- Recuperação ambiental nas áreas desocupadas de 30 hectares
- Obra de adequação e perenização da Estrada do Despraído no Mosaico Juréia-Itatins.

Ações previstas: Conclusão das obras:

- 1º Batalhão de Polícia Ambiental
- Gestão, proteção e uso público no Mosaico da Juréia -Núcleos Arpoador e Perequê, Parque Estadual Serra do Mar Núcleos Caraguatatuba e Itutinga Pilões.

3. PARQUES URBANOS E UNIDADES DE PRODUÇÃO FLORESTAL

A. Melhoria da Gestão dos Parques Urbanos

10 Parques Urbanos e Projeto Pomar Urbano administrados pela Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Em janeiro e fevereiro tais áreas receberam um público de 2 milhões de frequentadores, sendo que a meta é receber 12 milhões até o final do ano.

Status:

- Parcerias com iniciativa privada realizadas, destacando-se: instalação de academia ao ar livre com instrutores capacitados, reforma de quadras (reforma das quadras do Parque Villa-Lobos, em parceria com a Adidas e Decathlon, em andamento, com previsão de término em abril de 2018), realização de atividades desportivas (Academia Santander realiza periodicamente várias atividades, como aulas de dança, yoga e escalada, e Adidas realiza 'treinão' e aulas funcionais), e

instalação de área pet (a Petz faz, aos finais de semana, feiras visando a saúde dos animais);

- Incremento de arrecadação com permissão de uso, locação de áreas e concessões, destacando-se: food trucks, lanchonete, restaurante, estacionamento, locação de bicicletas, feiras e eventos (será feita nova licitação de espaços e serviços para todos os parques);
- Realização de cursos e oficinas em atividade de monitoria ambiental (meta é atingir 15 mil pessoas);
- Convênio com a Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) e a Secretaria de Energia e Mineração para implantação de Usina Fotovoltaica para geração de energia no Parque Cândido Portinari;
- 72% de satisfação dos visitantes dos Parques na última pesquisa realizada, tendo como meta atingir os 80% de satisfação;
- Permissão de uso para instalação de escola de equitação no Parque da Água Branca (concluída – já há uma empresa operando);
- Reforma e adequação de acessibilidade no Parque da Água Branca (concluída);
- Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 01/2018, que institui o Programa Agricultura Viva Socioambiental que, dentre outros objetivos, visa fomentar feiras nos parques urbanos para valorizar a produção sustentável de alimentos, especialmente os provenientes de sistemas agroflorestais, de sistemas agroecológicos, de produção orgânica e da agricultura familiar.

Ações previstas:

- Permissão de uso para *Food Trucks* e locação de bicicletas no Parque da Juventude (abertura da concorrência prevista para junho de 2018);
- Permissão de Uso de lanchonetes no Parque Belém (abertura de concorrência prevista para junho de 2018); e
- Cessão de uso para instalação de Agência Ambiental da CETESB no Parque Belém.

B. Abertura e Programação de Uso do Parque Jequitibá

Com área de 12,5 hectares, o Parque Tizo passou a se chamar Parque Jequitibá (Decreto nº. 59.259/2013 com território nos municípios de São Paulo, Cotia e Osasco) – A

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) está atualmente como responsável pela finalização das obras de infraestrutura do parque.

Status: Fase final de implantação:

- Serviços de vigilância, de manutenção de áreas verdes e de limpeza predial serão iniciados em abril;
- Implantação de acesso e playground está prevista para maio;
- Implantação do paisagismo do Jardim das Borboletas e gramados no Platô 3 está prevista para o primeiro semestre de 2018;
- Monitoria para atividades de Educação Ambiental está prevista para junho;
- Licitações para telefonia e logística prevista para abril.

Ações previstas: Abertura do parque para uso público.

C. Parcerias para o Projeto Pomar Urbano

Projeto de Recuperação Paisagística das margens do canal do Rio Pinheiros.

Status:

- Aberto Chamamento Público para implantação e manutenção de projetos paisagísticos na Margem Leste - Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo dia 07/09/2017; e
- Assinado Termo de Doação com a empresa Telefônica-Vivo em setembro de 2017 – início do plantio e manutenção previsto para abril de 2018.

Ações previstas:

- Fortalecimento da interlocução com Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), para implantação e manutenção de trechos (em andamento – estão sendo realizadas diversas reuniões conjuntas, com a possibilidade de adoção de um trecho pela EMAE);
- Modernização da imagem/divulgação do projeto (logos do projeto e dos parceiros foram atualizados e aprovados na subcomissão da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) do município de São Paulo); e

- Chamamento Público para adoção dos trechos da Margem Oeste (aguardando autorização da EMAE para abrir chamamento – previsão de para o primeiro semestre de 2018).

D. Concessão de Unidades de Produção Florestais

Chamamento Público (nº. 01/2017/GS) realizado para prospecção de interessados em 34 áreas do Instituto Florestal e apresentação ao Conselho de Desestatização para concessão de produtos e subprodutos florestais (Lei nº 16.260/2016) da Estação Experimental de Mogi-Guaçu e da Floresta de Cajuru.

Status:

- Em resposta ao Chamamento Público, 116 manifestações de interesse de concessão ou alienação das áreas foram recebidas em março/2017. Foi elaborada proposta de Projeto de Lei (PL) para alienação de próprios estaduais;
- Foi ajuizada Ação Civil Pública (ACP) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) interpôs agravo. Os autos da ACP, com a contraminuta do Ministério Público ao nosso agravo, foram remetidos em junho/2017 à Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); e
- Provimento parcial do agravo interposto contra decisão de 1º grau que suspendia os efeitos do Chamamento Público, tendo sido autorizado o prosseguimento do procedimento de licitação para eventuais concessões, nos termos preconizados pela Lei Estadual 16.260/2016, com a entrega dos projetos apresentados por eventuais interessados ao Ministério Público, caso a Administração opte pela licitação dessas áreas.

Ações previstas: Conclusão de estudo de viabilidade, no âmbito do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED), para concessão de duas unidades: Estação Experimental de Mogi Guaçu e Floresta de Cajuru.

E. Parceria com Municípios para a Gestão de Unidades

Assinatura de permissões e convênios como Prefeituras para gestão integrada com a municipalidade de áreas com viés urbano, nos municípios de Avaré, Bauru, Botucatu, Mogi Mirim e Piracicaba.

Status: Publicação dos Decretos autorizativos das permissões de uso às prefeituras das unidades administradas pelo Instituto Florestal: Mogi Mirim, Bauru, Botucatu e Avaré:

- Decreto nº 63.449/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 30 anos, em favor da Estância Turística de Avaré;
- Decreto nº 63.451/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 30 anos, em favor do Município de Mogi Mirim;
- Decreto nº 63.453/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 20 anos, em favor do Município de Botucatu;
- Decreto nº 63.452/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 20 anos, em favor do Município de Piracicaba;
- Decreto nº 63.450/2018, que autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário, gratuito e pelo prazo de 30 anos, em favor do Município de Bauru.

4. FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A. Programa Estadual de Conciliação Ambiental

Instituído por meio da Resolução SMA 51/2014, com a finalidade de garantir e assegurar os direitos dos autuados a um atendimento conciliatório para o cumprimento dos deveres e resolução dos processos relacionados aos Autos de Infração Ambiental (AIA), reduzindo o prazo de conclusão dos processos administrativos com o parcelamento de multas e celebração de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) no âmbito do Atendimento Ambiental, e oferecendo aos cidadãos informações relativas às normas ambientais visando minimizar reincidências no cometimento das infrações ambientais.

Status:

- 35 pontos de Atendimento Ambiental implantados;
- 250 agentes de conciliação nomeados entre policiais ambientais e técnicos da SMA;
- Em operação o módulo no Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGAM) do Atendimento Ambiental (emissão da ata, do TCRA e guias de recolhimento);
- Revisão operacional e de procedimentos do Programa de Conciliação Ambiental: realizados estudos para a efetivação do Atendimento Ambiental numa transposição para a plataforma digital e elaboradas as minutas de decreto e resolução para viabilizar a conciliação ambiental digital; e
- Divulgação da possibilidade de conversão de multas no estado de São Paulo, apoiando os interessados nesta medida como mais uma alternativa para conciliação: realizada articulação com a União da Indústria da Cana de Açúcar (UNICA) e com a Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA) para a conversão das multas do setor sucroenergético em serviços de restauração;
- Realização de Seminário sobre Conciliação Ambiental para a Semana do Meio Ambiente em junho de 2018.

Ações previstas:

- Administração das agendas de atendimento ambiental (atualmente 50% dos agendamentos estão no limite do prazo de 60 dias estabelecido pela legislação (Decreto 60.342/2014) entre a lavratura do auto de infração e a data do Atendimento Ambiental);
- Revisão operacional e de procedimentos do Programa de Conciliação Ambiental: revisão dos atos normativos elaborados e submissão dos mesmos à Consultoria Jurídica da SMA e tratativas junto aos setores de Tecnologia da Informação e Orçamento para viabilização do sistema – proposta de conciliação ambiental digital deverá ser entregue em julho de 2018;
- Divulgação da possibilidade de conversão de multas no estado de São Paulo, apoiando os interessados nesta medida como mais uma alternativa para

conciliação: a meta é, até o final de 2018 – (1) realizar a conversão de multas ambientais em projetos de prateleira do Programa Nascentes de, no mínimo, R\$ 16 milhões ou 320 hectares; (2) publicar um manual sobre conversão; e (3) produzir dois vídeos.

B. Fiscalização Ambiental Digital

Tecnologia embarcada em viaturas da Polícia Militar Ambiental (PAMB) integrada aos sistemas de gestão ambiental e de operações policiais, com acesso a informações ambientais e de segurança pública, com especial uso na lavratura de Autos de Infrações Ambientais.

Status:

- 100% implantada desde maio de 2017: início em janeiro de 2017 quando os AIAs passaram a ser lavrados eletronicamente pela Polícia Militar Ambiental. Em maio, os processos dos AIAs tornaram-se digitais no E-Ambiente e iniciou-se a operação do Módulo SIGAM do AIA eletrônico;
- As 23 Companhias e os 50 Pelotões do Policiamento Ambiental da Polícia Militar do Estado de São Paulo atualmente fazem o uso do Terminal Móvel de Dados (TMD), com aplicativo do AIA eletrônico, podendo trabalhar os dados offline e posteriormente fazer upload ao Sistema Operacional da Polícia Ambiental (SIOPM), integrado ao SIGAM para lavratura do AIA eletrônico;
- Aplicativo para confecção de laudos técnicos de forma eletrônica e integrada criado para verificação de reparação de danos em AIAs, em fase de testes/homologação; e
- Customização do E-Ambiente e melhoria da integração com SIGAM, otimizando o trâmite processual.

Ações previstas:

- Finalização da integração de sistemas SIGAM e o SIOPM para disponibilização nos TMDs de informações para consulta aos antecedentes do infrator (a parte da CFA está finalizada, aguardando resolução de problema no CPD da Polícia Militar);

- Integração ao Sistema de Gerenciamento de Denúncias e Termos de Vistoria Ambiental - TVAs (módulo SIGAM) e agenda *on line* do Atendimento Ambiental; e
- Integração com Sistema Integrado de Gestão da Fauna Silvestre (GEFAU) para destinação de animais apreendidos.

C. Incremento na Fiscalização com DEJEM

Melhoria no policiamento de 50 Unidades de Conservação de Proteção Integral, por meio de Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar (DEJEM) e implantação de DEJEM nos Parques Urbanos.

Status:

- Convênio assinado em 10/07/2017 pela Fundação Florestal com duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por até cinco anos. Previsão de repasse de R\$ 4,9 milhões, com recursos da Câmara de Compensação Ambiental – CCA;
- Início, em 2017, da DEJEM (Diária Especial de Jornada Extraordinária Militar) nos Parques Urbanos;
- Autorizo do Governador para DEJEM nas Unidades de Conservação e nos Parques Urbanos em junho.

Ações previstas:

- Implementação do convênio com a Secretaria de Segurança Pública;
- Acompanhamento das atividades, monitoramento dos resultados e reprogramação periódica das vagas.

5. CONSERVAÇÃO DA FAUNA

A. Programa Ninhos

Programa de fomento à proteção e manejo de fauna silvestre por meio do direcionamento do cumprimento de obrigações legais decorrentes de infrações contra a fauna e por meio de facilitação de iniciativas voluntárias a empreendimentos de uso

e manejo de fauna silvestre, públicos ou privados, sem fins comercial ou amador, devidamente autorizados pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Status: Publicada a Resolução SMA 35/2018 que institui o Programa Ninhos.

Ações previstas:

- Disponibilização do site oficial e da Prateleira de Projetos do Programa Ninhos;
- Instituição da Comissão Executiva do Programa Ninhos;
- Divulgação dos fluxos e procedimentos do Programa junto a servidores da CFA no âmbito do Atendimento Ambiental; e
- Divulgação do Programa junto aos empreendimentos de uso e manejo de fauna silvestre.

B. Normativa para Fauna Silvestre

Instituição de diretrizes, estabelecimento de normas legais e procedimentos, e implementação de programas e ações para a conservação de populações in situ e ex situ (conservação integrada) de espécies nativas ameaçadas de extinção, e para a redução das pressões sobre a fauna silvestre no estado de São Paulo.

Status:

- Finalizada proposta de instrumento normativo (decreto) contendo especialmente os temas voltados à fauna silvestre: combate à caça e ao tráfico de animais, soltura, manejo *ex situ* (cativeiro), conservação e uso sustentável da fauna aquática, conservação de espécies ameaçadas de extinção, manejo de espécies exóticas invasoras, instrumentos de gestão e de conservação (fiscalização de infrações contra fauna silvestre, pesquisa, mecanismos econômicos, ações de educação ambiental), entre outros, tendo sido realizado workshop para apresentação da proposta e para colheita de contribuições (foram feitas 150 contribuições em 82 artigos);
- Finalizada norma que define os procedimentos para emissão de autorizações de manejo *in situ*;

- Finalizadas as discussões com pesquisadores científicos, conduzidas pela Fundação Parque Zoológico de São Paulo (FPZSP), no âmbito da revisão da Lista de Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no estado de São Paulo;
- Em elaboração resolução conjunta SMA/SAA que definirá os planos de ordenamento pesqueiro para as espécies aquáticas ameaçadas de extinção; e
- Núcleo de Atividades *in situ* vinculados à FPZSP instituído para desenvolvimento de pesquisas científicas com espécies ameaçadas em suas áreas de ocorrência.

Ações previstas:

- Finalização de proposta de instrumento normativo instituindo a Política Estadual de Fauna Silvestre;
- Implementação do Sistema de Gestão de Fauna (GEFAU) - integração com sistema federal de fauna e estabilização do sistema estadual conclusão da integração prevista para o fim de abril;
- Elaboração de Plano de Destinação e Plano de Fiscalização da Fauna com vistas ao Combate ao Tráfico de Animais Silvestres em conjunto com a CFA, PAMB e Departamento de Fauna, e internalização de procedimentos;
- Definição de normas legais sobre manejo fauna silvestre *in situ* e *ex situ*;
- Definição de normas e procedimentos internos para o tratamento da fauna silvestre no âmbito do licenciamento ambiental;
- Formulação do plano de controle e prevenção de zoonoses (adoção do conceito de Saúde Única) em conjunto com órgãos da Secretaria de Estado da Saúde;
- Finalização e publicação (decreto) da atualização da Lista de Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado de São Paulo;
- Execução (continuidade) pela FPZSP dos programas de reprodução *ex situ* para *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira), *Leontopithecus chrysomelas* (mico-leão-cara-dourada), *Leontopithecus rosalia* (mico-leão-dourado), *Leontopithecus chrysopygus* (mico-leão-preto), *Andorhynchus leari* (arara-azul-de-lear), *Harpia harpija* (gavião-real), *Spizaetus ornatus* (gavião-de-penacho), *Spizaetus tyranus* (gavião-pega-macaco), *Bothrops insularis* (jararaca-ilhoa) e

Scinax alcatrazes (perereca-de-alcatrazes), bem como de atividades in situ com Chrysocyon brachyurus (lobo-guará), Speothus venaticus (cachorro-vinagre), Lycalopex vetulus (raposinha-do-campo) e Puma concolor (onça-parda);

- Atualização do Plano Emergencial para conservação de 10 espécies de primatas do Estado de São Paulo no âmbito da Comissão Pró-Primatas.

C. Proteção Animal

Promover avanços na implantação nas ações de Proteção Animal e da Ação Amigos para Sempre.

Status:

- Elaborada proposta aprovada pela Câmara de Compensação Ambiental para Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos em áreas das Unidades de Conservação e Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação - UCs de Proteção Integral na região do Vale do Ribeira;
- Início da Campanha de Tutor Responsável em rodovias, com ARTESP e DER e tratativas com a Secretaria de Transportes Metropolitanos, para campanha com os usuários de metro, trens e rodovias;
- Parceria para cooperação técnica com organizações não governamentais - World Animal Protection e, instituições de ensino – USP - para capacitações de guarda responsável de cães e gatos, evitando abandono, maus tratos, atropelamento e prevenindo transmissão de zoonoses como a raiva, febre maculosa e leishmaniose;
- Assinatura de nove convênios com Prefeituras do Estado de São Paulo para atendimento aos objetivos do Programa Estadual de Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos;
- Envio à Assembleia Legislativa de Projeto de Lei para combate ao abandono e aos maus tratos a animais domésticos e domesticados;
- Criação do Programa Estadual de Defesa de Animal Doméstico, coordenado pela Casa Militar.

II - GESTÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL

1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A. VRA - Via Rápida Ambiental

Portal do Licenciamento – Via Rápida Ambiental – VRA, traz agilidade e dinamismo aos processos de licenciamento das atividades de baixo impacto, possibilitando ao interessado obter o licenciamento ambiental sem a necessidade de comparecer à agência ambiental, sendo realizado totalmente pela internet, com a manifestação emitida na hora e sem qualquer custo.

Status:

- Decreto Estadual nº 62.973 de 28 de novembro de 2017 – Dispõe de novos dispositivos para o licenciamento ambiental;
- VRA disponibilizado para o público em 29 de dezembro de 2017;
- Cobrança do preço das licenças ambientais para as indústrias associadas à FIESP encontra-se suspensa em decorrência do ato judicial;
- Visando a regulamentação de APPs Urbanas, discussão de minuta de normativa na Câmara Técnica de Atividades Imobiliárias e Projetos Urbanísticos do Consema.

Ações: Ação judicial suspendeu os efeitos do Decreto.

B. VRE - Via Rápida Empresa – FASE 1

Implementar adequação no Módulo de Licenciamento (ou Sistema Integrado de Licenciamento – SIL) para a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado (CLI), bem como a solicitação de licenças para um novo empreendimento, além de permitir alterações cadastrais e alterações técnicas.

Status:

O projeto foi subdividido em 3 fases de implantação.

- Fase 1 - concluída – Integração de Sistemas SIL (Jucesp) X VRE (CETESB)

- Disponibilizado para o público em 29 de dezembro de 2017. Complemento da implantação da fase 1 em 17/02/2018 e disponível para o público em 19/02/2018.
- Fase 2 – Obter status do andamento das solicitações de licenciamento.
- Fase 3 – Inclusão, Avaliação e Retorno do andamento das Solicitações de Licenciamento do PLA.

Ações:

- Fase 1 - concluída em 29/12/2017.
- Fase 2 - Conclusão prevista para 31/05/2018 e,
- Fase 3 - Conclusão prevista para 31/05/2018 e
- Disponibilização para o público em 04/06/2018.

C. e-Ambiente

Gerenciamento de processos administrativos em formato digital tem por objetivo tornar o processo mais rápido e ambientalmente mais responsável, com diminuição substancial da emissão de papel, até extinguir o uso de papel para movimentação de documentos ambientais. O sistema dispõe de recursos de fluxos de trabalho automatizados, inclusão de peças processuais e visualização eletrônica de documentos.

Status: Licenciamento Ambiental 100% digital dos novos processos, considerando que no intervalo entre 19/06 e 21/08/2017 a CETESB instaurou o novo processo eletrônico de processamento e gestão de documentos: o e-ambiente.

Ações: Suporte e atualização realizada em conjunto com CETESB e a Secretaria do Meio Ambiente.

D. Sala de Cenários

O Geoportal Sala de Cenários fornece ao corpo técnico e gerencial da CETESB/SMA acesso ágil e fácil a informações georreferenciadas sobre os empreendimentos de grande porte, e provê ferramentas de análise ambiental no âmbito do licenciamento com avaliação de impacto ambiental na CETESB (relativo às obras de infraestruturas de energia, saneamento, transporte e recursos hídricos; grandes projetos industriais, agroindustriais, e de mineração; projetos urbanísticos e lazer).

Status: Em operação há cerca de dois anos, e conta atualmente com mais de 1.000 projetos cadastrados, atendendo a mais de 270 usuários de diversas áreas do Sistema Ambiental Paulista. A proposta para a segunda etapa, visando à melhoria da análise dos impactos ambientais dos empreendimentos, encontra-se em fase inicial de execução.

Ações: A segunda etapa do projeto prevê:

- Inclusão dos dados de monitoramento ambiental (água, flora e fauna) e diversas informações geográficas constantes dos processos de licenciamentos;
- Interconectividade com outros sistemas eletrônicos do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (SEAQUA); e
- Digitalização dos processos de licenciamento pretéritos e indexação das informações para agilizar acesso ao acervo de dados constantes dos processos de licenciamento.

2. RESÍDUOS SÓLIDOS

A. Planos Regionais de Resíduos Sólidos

Apoio técnico e institucional da SMA e CETESB aos municípios para a elaboração de Planos Regionais de Resíduos Sólidos no estado de São Paulo de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas pilotos, visando o desenvolvimento de soluções regionalizadas para a melhoria da gestão e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos no estado de São Paulo.

Status: Planos em andamento com a participação da SMA:

- Baixada Santista (Projeto FEHIDRO, elaborado pelo IPT) em fase de validação das propostas das audiências públicas;
- Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (CONDEMAT) - Protocolo de Intenções com ABRELPE em andamento para contratação do plano;
- AU Piracicaba (no âmbito do PDUI), ainda não iniciado;

- Planos Regionais de Resíduos Sólidos já concluídos: CISBRA, CIVAP, CONSAB, CONSIMARIS, ABC, Região Sudoeste de São Paulo e CIPP; e
- Protocolo de Intenções para apoio à elaboração dos Planos Regionais de Resíduos Sólidos assinado com as Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas de Ribeirão Preto, Sorocaba, Piracicaba e Jundiaí.
- Consórcios Municipais com ações em andamento: Consórcio dos Municípios da Mogiana (CMM), Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste Paulista (CIENSP), CONDEMAT, Consórcio Intermunicipal do Pontal do Paranapanema (CIPP), Consórcio Intermunicipal do Aterro Sanitário (CIAS), Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário - região de Itaquaquecetuba (CIPAS), Consórcio Intermunicipal Tietê-Paraná (CITP) e Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista, entre outros; (ii) Consórcios Municipais em negociação, ainda não firmados: região de Votorantim, Conchal, Amparo e Guariba.

Ações previstas: Apoio técnico e institucional para o desenvolvimento dos planos regionais, em especial para as Regiões Metropolitanas de Sorocaba e Ribeirão Preto e Aglomerações Urbanas de Jundiaí e Piracicaba.

B. Revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos

Necessidade de renovação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, vigente até 2018, em atendimento ao art. 17 da Lei 12.305/2010.

Status: Elaboração do Diagnóstico do Plano em andamento,

Ações previstas:

- Elaboração do Diagnóstico, Regionalização, Diretrizes e Metas do Plano; e
- Publicação do Plano prevista para novembro de 2018.

C. Redução de Aterros Inadequados

Programa de intensificação de ações de fiscalização e controle da disposição final de resíduos sólidos em aterros sanitários pelos municípios paulistas e articulação com a instalação de Consórcios Regionais.

Status: 19 Aterros interditados na gestão anterior, e 25 Aterros em situação irregular.

Ações previstas: Rigor no acompanhamento da gestão de aterros em situação irregular, visando as adequações necessárias. Caso tais adequações não ocorram, as áreas serão interditadas.

D. Logística Reversa

Conjunto de ações e procedimentos realizados junto ao setor produtivo para viabilizar a coleta, armazenagem e retorno dos materiais, seja para reaproveitamento (reuso ou reciclagem), seja para descarte ambientalmente adequado.

Status:

- Oito Termos de Compromisso em vigor: Embalagens de Agrotóxicos, Filtros Usados de Óleo Lubrificante Automotivo, Óleo Comestível, Pilhas e Baterias Portáteis, Baterias Inservíveis de Chumbo Ácido; Embalagens Plásticas Usadas de Lubrificantes, Embalagens Vazias de Saneantes Desinfetantes e Desinfetantes de Uso Profissional e Produtos Eletroeletrônicos de uso doméstico;
- Três Termos de Compromisso com prazo de vigência expirado: Óleo Lubrificante, Embalagens de Perfumaria, e Pneus; e
- Três Termos de Compromisso novos em negociação: Medicamentos e Eletroeletrônicos (linha branca);
- Assinatura de Termo de Compromisso com FIESP sobre embalagens;
- Regulamentação da Resolução SMA 45/2015 para vincular sistemas de logística reversa à emissão ou renovação de Licença de Operação.

Ações previstas:

- Articulação para assinatura de quatro Termos de Compromisso até 2018: Pneus, Óleo Lubrificante e Eletroeletrônicos (linha branca);
- Articulação com Secretaria da Fazenda para discutir pleito de revisão de regras fiscais e tributárias das operações de logística reversa;
- Definição de medidas para adesão de municípios e do comércio aos Termos de Compromisso de Logística Reversa.

E. Módulos do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (SIGOR)

Implantação e melhoria do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (SIGOR) nos Municípios do estado de São Paulo.

Status:

- SIGOR Módulo Reciclagem: Sistema concluído, pronto para lançamento pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA);
- SIGOR Módulo Construção Civil: Sistema em operação em dois Municípios: São José do Rio Preto e Santos e em fase inicial de implantação em outros dois: Catanduva e Sorocaba, havendo necessidade de novo contrato de manutenção para o software; e
- SIGOR Módulo Logística Reversa: Sistema em desenvolvimento pelo Departamento de Tecnologia da Informação (AI);
- Lançamento do SIGOR Reciclagem pela CPLA.

Ações previstas:

- Aguarda definição sobre renovação do contrato entre a CETESB e a empresa desenvolvedora de Software para continuidade do SIGOR Construção Civil.

3. AÇÕES DE CONTROLE À POLUIÇÃO

A. Controle de Emissões Veiculares

Proposição de parâmetros para as novas fases de controle de emissões de fontes móveis.

Status: A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) finalizou as novas minutas de resolução CONAMA a serem encaminhadas ao IBAMA para as novas fases do PROCONVE e PROMOT – Programa de Controle de Poluição do Ar de Veículos Automotores e Programa de Controle de Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares. Tais minutas incorporam as sugestões recebidas do IBAMA na Consulta Pública, assim como sugestões recebidas de grupo de especialistas convidados.

Ações previstas: Realização das ações da Operação Inverno 2018, com previsão de 80 comandos até setembro de 2018.

B. Plano de Redução de Emissão de Fontes Estacionárias (PREFE)

Plano voltado para redução de emissão de fontes estacionárias.

Status: Previsto no Decreto Estadual nº 59.113/2013, foi aprovado pela Decisão de Diretoria nº 289/2014/P e apresentado ao CONSEMA em 18/11/2014. O PREFE é atualizado a cada 3 anos. O PREFE 2014 definiu as Regiões de Controle de Qualidade do Ar que integrarão o plano e listou as fontes estacionárias de poluição atmosférica que deverão observar procedimentos específicos para que essas regiões alcancem a conformidade com o padrão vigente de qualidade do ar. Foi disponibilizado em 2017 o Guia de Melhor Prática Disponível.

Ações previstas: O levantamento atualizado das emissões de poluentes atmosféricos das empresas integrantes do PREFE 2014 e dos equipamentos de controle de poluição implantados está em fase de consolidação. Com base nesse levantamento, será feita a avaliação do PREFE 2014 e o planejamento do próximo PREFE.

C. Fiscalização de Fontes Móveis com Dispositivos Móveis

Desenvolvimento e implantação de aplicativo para dispositivos móveis (celulares), voltado à aplicação de autuações por emissão de fumaça preta.

Status: Projeto recebeu ajustes para adequação ao recurso disponível. Aguarda próximos passos com Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP) com os ajustes solicitados.

Ações previstas: Desenvolvimento do aplicativo.

D. Regularização de Áreas Contaminadas

*Em maio de 2002, a CETESB divulgou pela primeira vez a lista de áreas contaminadas, registrando a existência de 255 áreas contaminadas no Estado de São Paulo. O registro das áreas contaminadas é frequentemente atualizado e, após a última atualização, ocorrida em dezembro de 2017, foram totalizados **5.942 registros** no Cadastro de Áreas Contaminadas e Reabilitadas no Estado de São Paulo. O aumento constante do número de áreas cadastradas é devido à ação rotineira de fiscalização e ao licenciamento ambiental.*

Status: Do total de registros disponíveis, 1184 referem-se a áreas que já passaram por processo de remediação, sendo consideradas reabilitadas para uso declarado, e 1459 estão em processo de monitoramento para encerramento. Foram também registradas 841 áreas onde ocorreu ou está planejada a reutilização de áreas contaminadas. Procedimento atualmente vigente é pela Resoluções SMA 10 e 11/2017, da Decisão de Diretoria nº 038/2017/C e Instrução Técnica 39 da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental em dezembro de 2017.

Ações previstas: Aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos e administrativos a serem aplicados no Gerenciamento de Áreas Contaminadas.

4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E EFICIÊNCIA NO CONTROLE À POLUIÇÃO

A. Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)

A CETESB desempenha papel de Centro Regional da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), para Capacitação e Transferência de Tecnologia para a Região da América Latina e Caribe (GRULAC).

Status:

- Desenvolvimento e implementação de projetos para assistência técnica com financiamentos internacionais;
- Capacitação de 587 profissionais dos países do GRULAC, como também da África de Língua Portuguesa;
- Cooperação estreita com o Ministério do Meio Ambiente para a implementação das Convenções voltadas a substâncias químicas e resíduos no Brasil (Convenções de Basileia, Roterdã, Estocolmo e Minamata);
- Desenvolvimento e divulgação de vídeos sobre "Lixo Marinho", para conscientização da população do Estado de São Paulo, em parceria com Verão no Clima.

Ações previstas:

- Desenvolvimento de plataforma, conteúdo e implementação de cursos de ensino a distância (EaD) sobre a Convenção de Estocolmo e sobre Bifenilas Policloradas (PCBs), que aguarda lançamento do edital;
- Projetos para identificar POPs de uso industrial no meio ambiente, como sulfluramida nas iscas formicidas;
- Projetos para treinamentos presenciais sobre POPs, como sobre Éteres Difenílicos Polibromados (PBDEs) em resíduos eletroeletrônicos e sobre gerenciamento de substâncias químicas;
- Estabelecimento de novos projetos internacionais de cooperação técnica e financeira para fortalecimento das capacidades e para prestação de assistência técnica, em nível nacional e regional.

B. Sistema de Inventário de Fontes de Poluição - SINCET Web (para a RMSP)

O sistema SINCET Web, em fase de implantação, fará o armazenamento georreferenciado de informações e dados sobre impactos no ar, água e solo de fontes de poluição antropogênicas e naturais, a administração dos dados e ferramentas de suporte à decisão.

Status:

- Financiado pelo Fundo de Interesses Difusos (FID), o contrato teve início em junho de 2017;
- Já homologado o Módulo AR em fevereiro e em homologação o Módulo Água;
- Agendado Treinamento do Módulo Solo para as áreas de negócio para abril;
- Previsto 18 meses para manutenção do sistema após a implantação Sincet Web no ambiente de produção.

Ações previstas: Os módulos Ar e Água foram implantados. O módulo Solo, assim como a integração dos meios Ar, Água e Solo da Região Metropolitana de São Paulo tem previsão de término em agosto/2018.

C. Sistema de Informações de Qualidade da Água

Sistema que abarca o Projeto Infoáguas (desenvolvimento de sistema, elaborado sob medida para as necessidades da CETESB, para capturar, processar, armazenar e disponibilizar informações relacionadas a efluentes líquidos dos empreendimentos,

pontos de monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e condições de saneamento dos municípios) e o Projeto Qualiáguas (que tem como objetivo capturar, armazenar, tratar e disponibilizar as informações necessárias ao efetivo gerenciamento da qualidade das águas de rios e reservatórios do estado de São Paulo por meio da Rede Automática de Monitoramento da Qualidade das Águas).

Status:

- Projeto Infoáguas: implantação do Módulo 1 – Acessibilidade e Segurança e do Módulo 2 - Monitoramento de Efluentes em dezembro/2017 e do Módulo 3 – Automonitoramento em janeiro/2018. Em homologação o Módulo 5 – Gestão das Águas Subterrâneas com previsão de término em maio/2018 (previsão de término do projeto em agosto/2018); e
- Projeto Qualiáguas: Termo de Referência aprovado pelo Banco Mundial em junho/2017.

Ações previstas:

- Projeto Infoáguas: Em homologação o Módulo de Gestão das Águas Subterrâneas com previsão de término em maio/2018, estando em entendimento e revisão do escopo e requisitos de negócio do Módulo 4 – Módulo de Saneamento Municipal (ICTEM), pela área de TI e áreas de negócio com previsão de término do projeto em agosto/2018; e
- Projeto Qualiáguas: Projeto lógico do novo sistema Qualiáguas em contratação pelo DER.

5. MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL

A. Laboratórios

Novos laboratórios, em São Bernardo do Campo, Taubaté, Sorocaba, Campinas e ampliação e modernização dos laboratórios da sede. Status: Em 2017 foi inaugurado o Laboratório de Emissões Veiculares a Diesel e estão em andamento as obras para São Bernardo, Sorocaba, Campinas, Taubaté e Sede.

Ações previstas:

- São Bernardo: aguarda CPTM para andamento da obra do laboratório de Emissões Veiculares;
- Sede: (1) Química Orgânica: ampliação do laboratório no Prédio 5 para determinação de poluentes orgânicos persistentes (POPs) da Convenção de Estocolmo, incluindo a aquisição de um novo GCMS/HR. Conclusão da reforma em junho de 2018 (início da operação do laboratório em outubro de 2018); e (2) Química Inorgânica: instalação do espectrômetro de fluorescência para mercúrio e operacionalização do mesmo no 2º semestre de 2018, o que permitirá a ampliação da capacidade analítica para detecção de mercúrio total e a especificação de metil-mercúrio;
- Para o ano de 2018, serão concluídas as obras em Sorocaba com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e Campinas com recursos próprios;
- Com recursos obtidos junto ao FEHIDRO, as obras para as novas instalações do laboratório de Taubaté, adequação da Agência Ambiental da CETESB e três coordenadorias da SMA.

B. Estações Automáticas de Medição de Qualidade do Ar

Rede conta atualmente com 62 Estações Automáticas de Medição de Qualidade do Ar.

Status:

- Aquisição de três estações de monitoramento da qualidade do ar;
- Serviços de infraestrutura civil para instalação das três estações de monitoramento da qualidade do ar em fase de contratação pelo DER;
- Reforma de 13 estações de monitoramento de qualidade instaladas na RMSP, com os trabalhos já concluídos em nove estações.

Ações previstas:

- Contratação dos serviços de infraestrutura civil para instalação das três estações de monitoramento da qualidade do ar;
- Instalação das três estações de monitoramento da qualidade do ar em Limeira, Rio Claro e São Sebastião (até o final de 2018); e
- Conclusão da reforma das quatro estações restantes de monitoramento de qualidade instaladas na RMSP em 2019.

C. Estações Automáticas de Medição de Qualidade da Água

Rede Automática dedica-se à avaliação da qualidade da água dos mananciais da RMSP, Bacias do Tietê e Paraíba do Sul, bem como ao acompanhamento da despoluição do Rio Tietê.

Status: A rede é composta por 13 estações automáticas.

Ações previstas:

- Implantação em andamento de três novas estações de monitoramento da qualidade da água: Taiacupeba, com início de operação para abril/2018, Caulim e Ribeirão Pires, com previsão de início de operação até o final de 2018; e
- Remodelação por medição com sondas multiparamétricas de três estações da Rede Automática (Rasgão, Laranjal Paulista e Piracicaba) até o final de 2018.

D. Rede de Monitoramento Integrado de Qualidade e Quantidade de Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo

Status: A rede de monitoramento integrado de qualidade e quantidade de águas subterrâneas do Estado de São Paulo conta atualmente com 38 pontos.

Ações previstas: A rede será ampliada de 38 pontos para 48 pontos. Dez novos pontos já estão instalados. Estes novos poços serão amostrados no segundo semestre de 2018.

III - ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO (ZEE)

Instrumento de ordenamento e gestão territorial que visa apoiar o licenciamento e a fiscalização ambiental, dar suporte à integração das Políticas Setoriais, e orientar os investimentos públicos e privados.

Status:

- Elaboração de três relatórios técnicos resultantes da parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) para organização da base de dados socioeconômicos e de infraestrutura do ZEE-SP;

- Início do contrato de consultoria pessoa física para desenvolvimento de proposta metodológica aplicada ao ZEE-SP;
- Início do contrato de consultoria pessoa jurídica para realização de estudos de dinâmica social, econômica, ambiental e em geoprocessamento e suporte à construção da proposta de ZEE-SP;
- Início do contrato de consultoria para Complementação e ampliação do Datageo para o projeto ZEE-SP;
- Desenvolvimento de estudo piloto para identificação de fragilidades e potencialidades ambientais e socioeconômicas na região do contínuo Cantareira;
- Desenvolvimento do exercício de aplicação do conceito de Serviços Ecossistêmicos para o ZEE-SP;
- Material para capacitação dos membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica sobre o instrumento ZEE – em finalização gráfica;
- Articulações com as Secretarias de Estado e Comitês de Bacia Hidrográfica; e
- Atualização contínua de um portal eletrônico com as informações do ZEE-SP (Portal ZEE).

Ações previstas:

- Atualização do mapa de cobertura da terra, para compor documento zero, base para o monitoramento do ZEE;
- Articulação com atores externos, montagem da Comissão Técnica Estadual do ZEE-SP (CEZEE-SP) e organização das Mesas de Diálogo: fórum cidadão, fórum setorial, fórum de universidades e institutos de pesquisa – previstas para 2018;
- Complementação e ampliação do Datageo para o projeto ZEE-SP; e
- Desenvolvimento da etapa de Prognóstico, que abrange a construção de cenários e das unidades de intervenção que considerem as potencialidades e fragilidades naturais e socioeconômicas – previsto para 2018;
- Visando o apoio aos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUI), em parceria com Casa Civil/Emplasa, a CPLA, com base em articulação com os demais órgãos e entidades do Sistema Ambiental Paulista (CBRN, CFA, IG, IF, FF e CETESB), vem atuando em todas as Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas, fortalecendo a agenda ambiental dos planos e acompanhando o

macrozoneamento para garantir uma sintonia dos mesmos com os instrumentos ambientais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em especial o ZEE-SP;

- Sobre o Zoneamento Ambiental Minerário, destaque para a criação de um Grupo de Trabalho por meio de Resolução Conjunta SMA/SEM/SSRH, que visa a revisão e adequação do zoneamento estabelecido na Res. SMA 28/99 às novas diretrizes e normas legais vigentes.

2. PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL

Programa Município VerdeAzul (PMVA) tem o propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com base na descentralização e valorização da agenda ambiental dos Municípios.

Status:

- 600 municípios com interlocutores cadastrados no PMVA, com a apresentação de 374 relatórios na primeira pré-certificação de 2017, realizada em Mogi das Cruzes em 8 de junho de 2017. Destes, 129 municípios foram pré-certificados. Para a segunda pré-certificação, 369 municípios encaminharam os relatórios, sendo que 108 municípios foram pré-certificados em Rio Claro no dia 22 de setembro de 2017. Por fim, 390 municípios enviaram os relatórios para a certificação final, sendo que 54 foram certificados no dia 13 de dezembro de 2017;
- De setembro a dezembro de 2017 foram realizados cinco Ambientes Móveis (Alvinlândia, Itajobi, Pradópolis, Barueri e Itu). No mesmo período foram realizados quatro Tira-Dúvidas, todos realizados na SMA, e 12 capacitações microrregionais (Escola Superior da CETESB; Lins; SMA; Itapeva; Barra Bonita; Clementina; Santa Rita do Passa Quatro; Rio Preto; Apiaí; Capão Bonito e Macatuba);
- Em 2018, foram realizados três Ambientes Móveis (Presidente Prudente, Araçatuba e Guarujá), dez tira-dúvidas (realizadas de acordo com a demanda dos municípios, todas às quartas-feiras), dez Capacitações Regionais (Jaboticabal, São Simão, Embaúba, São Carlos, Paraguaçu-Paulista, Capão Bonito, Itanhaém, Campinas, Martinópolis e Magda), 12 Capacitações microrregionais (Apiaí; Guaratinguetá; São Bento do Sapucaí; Mogi das Cruzes;

- Ferraz de Vasconcelos; São Paulo; Cãeiras; Arujá; Guarulhos; Miguelópolis, Araraquara, Paulínia, Limeira, Parque Estadual Carlos Botelho e Castilho) e uma Palestra sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), com Dr. Germano Seara Filho, com a presença de 165 participantes;
- Publicação da Resolução SMA 33, de 28 de março de 2018, que *“Estabelece procedimentos operacionais de avaliação da Qualificação para a Certificação no âmbito do Programa Município VerdeAzul – PMVA”*;
 - Assinatura do protocolo de intenções com a Poli-USP, visando a conjugação de esforços para viabilizar avaliação das gestões ambientais pelos municípios paulistas, por meio de indicadores de sustentabilidade; e
 - Apresentação do PMVA nas universidades e escolas técnicas (Unicamp-campus Limeira e ETEC de Sud Menucci).

Ações previstas:

- Realização de capacitações em diversos municípios do estado de São Paulo;
- Realização de evento de Qualificação para a Certificação no dia 28 de junho de 2018 em Bauru, e da certificação em dezembro de 2018 (pendente a definição do local e da data);
- Participação nos eventos do Ambiente Móvel da SMA, com a palestra sobre *“Princípios de Poda”*;
- Assinatura de Protocolos de Intenções com a USP e a UNESP;
- Publicação sobre Arborização Urbana;
- Tira-dúvidas todas as quartas-feiras na SMA, mediante agendamento prévio;
- Evento com a temática de Marco Legal Ambiental Municipal, Congresso Paulista Arborização Urbana, Workshop de Coleta Seletiva e Fábrica de Educação Ambiental (pendente a definição do local e da data); e
- Divulgação do PMVA nas Universidades.

3. VERÃO NO CLIMA

Como uma ação de educação ambiental, o Projeto Verão no Clima tem como estratégia atuar diretamente junto aos cidadãos, buscando estimular a mudança do hábito do descarte e acúmulo de lixo nas áreas de recreação, o que acarreta sérios problemas de

saúde pública, atraindo inúmeros vetores de graves doenças e causando sérios impactos ambientais especialmente nos ambientes costeiros.

O Projeto Verão no Clima 2017-2018 buscou contribuir para a diminuição do acúmulo do lixo depositado nas áreas de veraneio e lazer que atraem alta concentração de público, especialmente durante o período das férias de verão. Ao fornecer aos veranistas informações sobre o meio ambiente, procurou-se estimular a corresponsabilidade na proteção ambiental por meio de sua participação.

Status: Ação implementada em janeiro e fevereiro de 2018, reunindo parceiros e recursos, agregando diversas instituições, como as prefeituras, os empresários, a população local e as organizações não governamentais. As metas estipuladas foram: atingir os 16 municípios litorâneos do estado de São Paulo com ações presenciais nas praias mais frequentadas, sendo pelo menos uma praia em cada um; e atingir a população paulista por meio de ações virtuais nas redes sociais e meios de comunicação para divulgação das mensagens alusivas ao Projeto, buscando estimular a mudança de comportamento em todo o território do estado. As metas foram amplamente atingidas e os resultados apontaram ótima aceitação e aderência do público e parceiros, atingindo diretamente mais de 1.300.000 pessoas no período de 21/12/2017 a 14/02/2018.

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Constituição de Comitê de Integração de Educação Ambiental pela Resolução SMA 33/2017 com o objetivo de coordenar e acompanhar as ações de educação ambiental desenvolvidas por todas as unidades do Sistema Ambiental Paulista.

Status: Reuniões mensais realizadas desde julho de 2017 para diagnóstico do que está sendo realizado, organização dos trabalhos e integração das ações de EA no Sistema Ambiental Paulista.

Ações previstas:

- Retrato de Ações de EA realizadas pelas instituições do Sistema Ambiental Paulista;
- Divulgação dos resultados;
- Realização de Encontros Formativos – Diálogos de EA/Workshops;
- Instituição de Programas Estruturados por frentes de atuação; e
- Relatório Anual das atividades do Comitê.

A. Regulamentação da Política Estadual de Educação Ambiental

Comissão composta por representantes do poder público (das três esferas) e da sociedade civil (com atuação em Educação Ambiental) com atribuições de: (1) participar da elaboração, implantação, monitoramento, avaliação e revisão do Programa Estadual de Educação Ambiental; (2) propor aos órgãos de coordenação temas e questões que demandam atenção de políticas de Educação Ambiental no Estado de São Paulo; (3) definir estratégias e orientações para a formulação, a implementação, o acompanhamento e a avaliação de políticas de Educação Ambiental no Estado de São Paulo; (4) proporcionar espaços de diálogo ampliados para participação dos diversos segmentos da sociedade civil, dos órgãos governamentais, das diferentes esferas administrativas e regiões do estado, com o objetivo de subsidiar os seus trabalhos; e (5) manifestar-se sobre assuntos submetidos a sua apreciação pelas Secretarias de Estado da Educação e do Meio Ambiente.

Status: Publicação do Decreto nº 63.456/2018, que regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e dá providências correlatas

Ações previstas:

- Elaboração e publicação de edital para preenchimento de vagas da sociedade civil e dos comitês de bacia hidrográfica; e
- Instalação da CIEA.

B. Capacitação e Informação para Educação Ambiental

a) Apoio à Gestão Municipal

Desenvolvimento de processos formativos para contribuir com a formação de gestores ambientais municipais.

Status: Reuniões de articulação para viabilização de parcerias ou financiamento para execução de projeto e planejamento para encontros formativos. Foi realizada capacitação sobre Educação Ambiental em parceria com o Programa Município VerdeAzul nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018.

Ações previstas:

- Capacitação de gestores (EAD); e

- Encontros formativos para promover trocas de experiências entre os municípios.

b) Portal de Educação Ambiental

Desenvolvimento de canal de comunicação interativo com os cidadãos, oferecendo informações específicas sobre os diversos temas ambientais (exemplos: o que pode ou não ser reciclado, que ações podem ser realizadas para contribuir com a preservação do meio ambiente, quais os espaços de participação social, como conselhos, etc.), disponibilizando cursos rápidos em plataforma EAD, e divulgando atividades oferecidas diretamente à sociedade pelo Sistema Ambiental Paulista, municípios e instituições parceiras.

Status: Em processo de planejamento e articulação com Assessoria de Comunicação (ACOM) e outros atores.

Ações previstas:

- Estabelecimento de formato e conteúdos;
- Desenvolvimento e lançamento ao público previsto para junho.

c) Formação em Educação Ambiental para Professores da Escola Básica

Desenvolvimento de formação em plataforma EaD para professores da Escola Básica, Fundamental Ciclo II, do Estado de São Paulo

Status: Em processo de desenvolvimento e estruturação do curso.

Ações previstas:

- Articulação com Secretaria de Estado da Educação (SEE);
- Revisão de conteúdos de versão de curso EaD já desenvolvido pela SMA/SEE; e
- Lançamento do curso no 2º semestre de 2018.

d) Diálogos de Educação Ambiental nos Instrumentos da Política de Meio Ambiente

Apresentações de órgãos que operam os diferentes instrumentos de política ambiental no SAP, expondo o que se faz em termos de gestão ambiental e como a EA é integrada às diferentes estratégias de realização da Política de Meio Ambiente no Estado de São Paulo. O público é composto pelos profissionais do SAP e também por interessados e atuantes na temática (que podem ser atendidos presencialmente e a distância, a partir do registro dos diálogos).

Status:

- Criação de Grupo de Trabalho (GT) com integrantes do Comitê de Integração de EA e desenvolvimento de projeto com cronograma de realização dos encontros;
- Realização de uma edição dos Diálogos em 2018.

Ações previstas:

- Reuniões com GT e com Comitê de Integração de EA para definição do formato, programação e data do primeiro diálogo; e
- Realização de duas edições dos Diálogos em 2018.

e) Circulando a Educação Ambiental pelo Estado de São Paulo

Espaços de encontros, trocas de experiências e formação de redes de agentes que pensam, pesquisam e atuam em Educação Ambiental. Visa subsidiar a atuação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) no cumprimento de suas atribuições

Status: Aguardando instituição da CIEA para desenvolver as edições do Circulando como os espaços de diálogos ampliados a que se refere o decreto a ser publicado como uma das atribuições da Comissão.

Ações previstas:

- Elaboração de projeto com os objetivos e definição do cronograma e recursos a serem empenhados; e
- Reuniões prévias para sensibilização e mobilização do público-alvo.

f) Convênio SMA e Conselho de Arquitetura e Urbanismo/SP (CAU)

Publicação do Caderno de Apoio para Profissionais sobre "Instrumentos de Planejamento, Licenciamento e Gestão Ambiental no Estado de São Paulo", que tem como objetivo contribuir para o trabalho dos arquitetos e urbanistas, empresários, profissionais e gestores públicos com atuação em Meio Ambiente, integrando as ações à implementação das políticas públicas em meio ambiente.

Status: Publicação do Caderno de Apoio para Profissionais em versão digital.

Ações previstas: Atualização anual do Caderno, a partir de 2018.

5. PARCERIAS COM SETORES PRODUTIVOS E OUTRAS SECRETARIAS

A. Protocolo Agroambiental do Setor Sucreenergético

Parceria inédita entre o Governo do Estado de São Paulo, por meio da SMA e SAA, e o Setor Sucroenergético, representado pela União da Indústria da Cana de Açúcar (UNICA) e pela Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), com o objetivo de criar mecanismos para estimular e consolidar o desenvolvimento sustentável da produção e da indústria da cana no estado de São Paulo. O compromisso das usinas e associações de fornecedores de cana com a sustentabilidade de sua produção é reconhecida através do Certificado Etanol Verde, renovado anualmente à vista do atendimento das Diretrizes da parceria.

Status:

- Desde o início do Protocolo deixou-se de emitir autorizações de queima que resultariam na emissão de mais de 9,27 milhões de tonelada de CO₂ eq e mais de 56 milhões de toneladas de poluentes atmosféricos;
- Redução no consumo de água pelas usinas e implementação de planos de conservação dos solos;
- Novo Protocolo, denominado “Etanol Mais Verde”, foi assinado em junho de 2017 entre a UNICA, ORPLANA, SMA, SAA E CETESB, com um plano de Diretivas Técnicas para dirigir esforços para o enfrentamento dos desafios trazidos pela mecanização da colheita, e para fomentar a restauração florestal das áreas ciliares das propriedades canavieiras. Foi elaborada a regulamentação das Diretivas Técnicas, que deverá ser publicada por meio de Resolução Conjunta SAA/SMA;
- Publicação da Regulamentação das Diretivas Técnicas e dos procedimentos para acompanhamento das ações das usinas e fornecedores de cana signatários do Protocolo em 2017, por meio de Resolução Conjunta SAA/SMA.

Ações previstas:

- Contribuições para o GT sobre Mosca do Estábulo e para o GT Polinizadores (estão sendo realizadas reuniões mensais do GT Polinizadores para elaboração de uma análise e proposta de regulamentação da meliponicultura no Estado – previsão de entrega de relatório parcial deste GT para junho de 2018); e
- Acompanhamento do cumprimento das Diretivas e certificação.

B. Protocolo para Transição Agroecológica e Estímulo à Produção Orgânica

Parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, por meio da SMA e SAA, a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e o Instituto Kairós, que tem como objetivo viabilizar ações voltadas ao estímulo para a transição agroecológica e à produção orgânica nas propriedades rurais, urbanas e periurbanas do estado de São Paulo, com vistas a promover a adoção de práticas agrícolas sustentáveis por agricultores, promover o uso sustentável dos recursos naturais e incrementar a produção, oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Status: Protocolo foi assinado em maio de 2016, com desenvolvimento de diversas atividades, destacando-se:

- Ações de sensibilização e mobilização da sociedade para a importância da produção e consumo sustentáveis;
- Cursos e capacitações sobre as práticas para a transição agroecológica, agricultura urbana e adequação ambiental dos imóveis com atividade rural;
- Estímulo de mercados locais;
- Produção de conteúdo para materiais educativos;
- Inserção de produtos orgânicos e em transição ecológica nos mecanismos de compras públicas. Há a adesão de 48 agricultores, viabilizadas por meio de parcerias dos órgãos signatários do Protocolo com Cooperativa e as Prefeituras de São Paulo e da Estância Turística de São Roque. Destes agricultores, 36 têm Planos de Transição aprovados e com certificados emitidos; e (vi) Participação na construção da PEAPO – Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica em conjunto com a Frente Parlamentar de Agroecologia, tendo como resultado a recente aprovação e sanção da Lei nº. 16.684, de 20 de março de 2018.

Ações previstas:

- Desenvolvimento de atividades para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, por meio de diversas iniciativas, visando viabilizar a transição ecológica por meio da agregação de valor aos produtos;
- Acompanhamento do atendimento das diretrizes para emissão do certificado;
- Capacitação da Extensão Rural para formação em ATER Agroecológica;

- Divulgação do processo de transição agroecológica e feira de produtos em grandes eventos do setor orgânico (ex: BioBrazil Fair e Festival Gastronomia Orgânica) com o intuito de estimular acesso a mercados;
- Organização de Rodas de Conversa sobre assuntos pertinentes ao tema; e
- Apresentação de Palestras e participação em eventos relacionados.

C. Câmara Ambiental

Colegiados constituídos no âmbito da CETESB, de caráter propositivo e consultivo, que têm como meta promover a melhoria da qualidade ambiental por meio da interação permanente entre o poder público e os setores produtivos e de infraestrutura do Estado.

Status: Atualmente encontram-se em funcionamento 08 (oito) Câmaras Ambientais:

- Comércio de Derivados de Petróleo;
- Indústria da Construção;
- Indústria de Couros, Peles, Assemelhados e Calçados;
- Setor de Abate, Frigorífico e Graxaria;
- Setor de Madeira, do Mobiliário e de Papel e Celulose;
- Setor de Mineração;
- Setor de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento;
- Setor Sucroenergético.

Ações previstas:

- Cadastrar Pontos de Abastecimento e definir procedimento de convocação e licenciamento. (Pontos de Abastecimento, dispositivos com instalações aéreas ou enterradas com capacidade total de armazenagem de 15 m³ ou superior, que atendem frotas de veículos móveis);
- Revisão das Resoluções SMA 81/98 e SMA 30/00;
- Certificação de Qualidade, a adoção de um Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Calçadista – PGIRC que determinará uma sistemática da destinação correta dos resíduos;
- Revisão das Normas Técnicas CETESB D7.011/90 - Mineração por Desmonte Hidráulico; e D7.012/90 - Mineração por Escavação;
- Equacionar os resíduos gerados pelo setor Produtivo, Proposição de segregação, classificação, reuso e destinação; e

- Determinar critérios para implantação da rede de amostragem da qualidade das águas subterrâneas em áreas de aplicação de vinhaça.

6. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SERRA DA MANTIQUEIRA

Propor políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento social, econômico sustentável e à conservação da biodiversidade na região da Serra da Mantiqueira. Inicialmente estão sendo propostas ações para os municípios de Cruzeiro, Guaratinguetá, Lavrinhas, Pindamonhangaba, Piquete, e Queluz.

Status:

- Em 2017, foram realizadas (1) Seis reuniões ordinárias, sendo uma delas na região da Mantiqueira; (2) Seis reuniões de articulação com os prefeitos municipais das cidades de interesse; (3) Três reuniões das equipes regionais, com representantes locais, gerando uma compilação de resultados; e (4) 21 reuniões com outros órgãos e entidades atuantes na região, abordando a importância da participação e colaboração destes no desenvolvimento sustentável;
- A articulação também foi fortalecida com as demais Secretarias de Estado e Sindicatos;
- Foi realizada revisão da Resolução de criação do Grupo, com a ampliação do quadro de membros, incluindo representantes das prefeituras; e
- Foi realizado Seminário sobre Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Ações previstas:

- Elaboração de Termo de Referência e obtenção de recursos para o Mapeamento Regional;
- Elaboração de projeto para a criação do Fórum Paulista Permanente de Discussão sobre a Serra da Mantiqueira.

7. GERENCIAMENTO COSTEIRO (GERCO)

Política estadual elaborada com o objetivo de disciplinar e racionalizar a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira paulista (quatro setores costeiros, 36 municípios),

visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção dos ecossistemas e da paisagem natural. Pautado no desenvolvimento de cinco instrumentos de gerenciamento: ZEE, sistema de informações, planos de ação e gestão, controle e monitoramento.

Status:

- Zoneamento Ecológico Econômico vigente na Baixada Santista (Decreto Estadual 58.996/2013);
- Publicação do Decreto Estadual 62.913/2017, que revisa o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte;
- Discussões do ZEE paralisadas no Vale do Ribeira desde 2014, quando o CODIVAR solicitou necessidade de rediscussão prévia do MOJAC, e com o CONDEPHAAT, em momento de transição política estadual; e
- Discussões do ZEE interrompidas em 2013 no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape e Cananéia, quando a prefeitura de Ilha Comprida solicitou discussão prévia do Plano de Manejo da APA da Ilha Comprida.

Ações previstas:

- Promover eleições da sociedade civil nos setores costeiros do Litoral Norte, Vale do Ribeira e Complexo Estuarino Lagunar de Iguape e Cananéia;
- Finalizar discussões sobre o Plano de Manejo da APA da Ilha Comprida, para viabilizar retomada das discussões do ZEE no setor costeiro do Complexo Estuarino;
- Iniciar tratativas políticas junto ao CODIVAR, para avaliar viabilidade de retomada das discussões do ZEE no Vale do Ribeira; e
- Iniciar desenvolvimento dos demais instrumentos de gerenciamento costeiro junto aos grupos setoriais: Plano de Ação e Gestão (setores costeiros do Litoral Norte e Baixada Santista); e Monitoramento/Sistema de Informações (todos os setores costeiros).

8. AÇÃO NOS MANANCIAIS METROPOLITANOS

Status:

- Leis de mananciais publicadas: APRM do Alto Juquery – Lei Estadual 15.790/2015, APRM do Alto Tietê Cabeceiras – Lei Estadual 15.913/2015 e a

- regulamentação da APRM do Alto Cotia - Lei Estadual 16.568, aprovada em 10 de novembro de 2017;
- Publicação da Resolução SMA 21/2017, disciplinando o licenciamento ambiental de Programas de Recuperação de Interesse Social (PRIS) e projetos de Habitação de Interesse Social (HIS);
 - Criação do Portal Mananciais para suporte aos municípios e empreendedores;
 - Convênio vigente entre o Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de São Paulo – Operação Integrada Defesa das Águas (OIDA);
 - Acompanhamento da elaboração, pela SSRH, dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) para gestão das APRMs;
 - Instituído o Comitê de Integração de Apoio às Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais dos Mananciais da Bacia do Alto Tietê, pela Resolução SMA 28/2018.

Ações previstas:

- Capacitação das prefeituras para aplicação da Resolução SMA 21/2017: novos procedimentos para licenciamento ambiental das ações contidas nos Programas de Recuperação de Interesse Social (PRIS), com elevada precariedade e comprometimento da qualidade das águas;
- Melhorar a integração entre Estado e municípios na gestão das APRMs com repasse de atividades de licenciamento ambiental, compatibilizando instrumentos de caráter local e regional, para gestão compartilhada da ocupação;
- Acompanhamento da elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) para as Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs) da Região Metropolitana de São Paulo, realizado sob a coordenação da SSRH;
- Novas APRMs, por meio da aplicação da Lei Estadual 9.866/97, para aumento da segurança hídrica da macrometrópole: Guaió; Juquiá e Jaguari, e regulamentação da Lei Estadual 16.568/2017;
- Retomada dos trabalhos para finalização de Resolução SMA para implementação do Grupo de Fiscalização Integrada das APRMs vigentes, em conjunto com os municípios envolvidos, baseado nas leis específicas e em modelo semelhante ao

Convênio estabelecido entre o município de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo, desde 2005 e renovado em 2015, instituindo a Operação Integrada Defesa das Águas - OIDA;

- Revisão e ajustes da cartografia das APRMs no DATAGEO em conjunto com regionais metropolitanas da CETESB;
- Ações de Educação Ambiental junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Compatibilização da Lei Federal 13.465/2017 que versa sobre a regularização fundiária urbana e rural com as leis de mananciais;
- Aumentar a segurança hídrica no Estado de São Paulo mediante a implantação dos instrumentos de planejamento e gestão da Política das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs) em outras regiões, a exemplo do que já ocorre no CBH-PCJ, no qual a Agência de Bacia do PCJ vêm desenvolvendo ações para implantação de APRMs para a proteção e recuperação dos mananciais de interesse regional;
- Estruturação da Fundação Agência de Bacia do Alto Tietê, responsável pela aplicação das leis específicas, órgão técnico das APRMs, bem como a utilização de 50% dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água nos mananciais da Bacia do Alto Tietê (Lei 12.183/05);
- Desenvolvimento de plano de contingência para cianobactérias e cianotoxinas no Reservatório Guarapiranga;
- Desenvolvimento de plano de contingência para protozoários no manancial do Baixo Cotia; e
- Estudos de mutagenicidade e poluentes emergentes em mananciais de abastecimento.

9. RECURSOS HÍDRICOS: COMITÊS DE BACIA E PROJETOS FEHIDRO

Órgãos do Sistema Ambiental Paulista, num Balcão Único, que atuam no âmbito do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos com função de avaliar a viabilidade técnica e o custo dos empreendimentos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

Status: No ano 2016, 125 projetos foram contratados (contrato FEHIDRO) após análise dos agentes técnicos, no valor de R\$ 78,7 milhões de reais (distribuídos entre os segmentos: Prefeituras - R\$ 66,4 milhões, Sociedade Civil - R\$ 6,4 milhões e Estado - R\$ 5,9 milhões). CETESB: analisou 97 projetos contratados, destes 95% foram contratos FEHIDRO com Prefeituras envolvendo empreendimentos de abastecimento de água e coleta/tratamento de esgoto. Em 2017, a CETESB analisou 72 projetos contratados pelo FEHIDRO, no valor de R\$ 48,2 milhões, sendo que 96% destes contratos foram com Prefeituras envolvendo empreendimentos de saneamento básico.

Balcão Único: analisou 28 projetos contratados, destes 29% foram contratos FEHIDRO com Prefeituras, voltados à educação ambiental e ao planejamento ambiental.

Ações: Capacitação de agentes públicos municipais para elaboração de propostas a serem submetidas aos Comitês de Bacias Hidrográficas, visando captação de recursos FEHIDRO nos temas de competência do Sistema Ambiental Paulista enquanto Agente Técnico, com base nos roteiros metodológicos internos.

10. PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS E DE REDUÇÃO DE RISCOS GEOLÓGICOS

Área estratégica que tem como objetivo realizar pesquisa e ações voltadas à avaliação, mapeamento, monitoramento educação em percepção de risco e desastres, promovendo sua articulação com políticas públicas e a sua aplicação em benefício da sociedade.

Status:

- Mapeamentos de Riscos a Processos Geodinâmicos realizados em 42 municípios em escala local, incluindo, em 13 municípios, a análise regional com base na abordagem integrada da paisagem;
- Mapa de Perigos de Escorregamentos e Inundações do Estado de São Paulo elaborado e disponibilizado;
- Mapa de Vulnerabilidade de Áreas Residenciais/ Comerciais/ Serviços a Processos Geodinâmicos do Estado de São Paulo elaborado e disponibilizado;
- Avaliação de locais em risco e emissão de pareceres técnicos;

- Divulgação e educação em percepção de risco realizadas, visando principalmente a inclusão da temática nas escolas estaduais e a percepção de perigos e riscos geológicos voltados aos municípios;
- Participação no Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e Redução de Riscos Geológicos (PDN), no Comitê Deliberativo (secretários de estado) e no Grupo de Articulação de Ações Executivas (GAAE-PDN), com representação (SMA, CETESB) e como Secretaria Executiva (IG);
- Apoio técnico ao Plano Preventivo de Defesa Civil a escorregamentos (PPDC);
- Sistema Gerenciador sobre Riscos no Estado de São Paulo (SGI-RISCOS-IG) implantado e em operação;
- Cadastro de Eventos Geodinâmicos do Estado de São Paulo elaborado;
- Coordenação do Plano de Contingência do Polo Industrial de Cubatão;
- Elaboração a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) pelo MMA, sendo os incêndios florestais e queimadas tratados como subcategoria de desastres naturais;
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica IG/CEDEC- Casa Militar para apoio a planos preventivos de defesa civil - termo aditivo assinado em dezembro de 2017.

Ações previstas:

- Lançamento do mapa de risco de áreas residenciais do Estado de São Paulo;
- Realização de seminário anual de discussão de estratégias de redução de risco (novembro de 2018);
- Atualização tecnológica e manutenção do SGI-RISCOS- IG com recursos do BIRD prevista para outubro de 2018;
- Planejamento de ações para redução de riscos no âmbito da Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos (PDN) - em andamento;
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica IG/CEDEC- Casa Militar para apoio a planos preventivos de defesa civil - novo termo aditivo deverá ser assinado em dezembro de 2018;
- Elaboração de planos de contingência frente a riscos de eventos geodinâmicos em trechos rodoviários das Unidades Básicas de Atendimento (UBAs) Caraguatatuba, Mogi das Cruzes e São Vicente;

- Formalização do Plano de Contingência do Polo Industrial de Cubatão, com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a Defesa Civil;
- Disponibilização do Cadastro de Eventos Geodinâmicos e Desastres do Estado de São Paulo, ano base 2017: banco de dados com as estatísticas de desastres do estado de São Paulo (prevista para junho de 2018);
- Disponibilização dos Mapas de Perigo, Vulnerabilidade e Risco a eventos geodinâmicos (escorregamento, inundação e erosão) do estado de São Paulo aplicado aos instrumentos Zoneamento Ecológico-Econômico, Planos de Manejo de Unidades de Conservação e Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (julho a dezembro de 2018) e
- Elaboração de Planos de Contingência no âmbito da Operação Corta Fogo para as Unidades de Conservação vulneráveis a incêndios florestais.

11. ACESSO A INFORMAÇÕES AMBIENTAIS ESTRATÉGICAS

a) DataGEO – Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais

Geoportal DataGEO é a porta de acesso de forma fácil, rápida e interativa aos diversos dados e informações territoriais e ambientais do Estado de São Paulo. O objetivo é estruturar, organizar e disponibilizar as bases de informações ambientais e territoriais do Sistema Ambiental Paulista por meio da construção de uma Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais - IDEA-SP.

Status:

- Plataforma de acesso a diversas informações, destacando-se: base cartográfica do IGC/EMPLASA diretamente da fonte, bases temáticas, mapas geomorfológicos, pedológicos e outros, base de limites oficiais do estado de São Paulo, Redes de Monitoramento da Qualidade do Ar e da Água, zoneamentos da SMA e dados do SiCAR/SP e do Relatório da Qualidade Ambiental do Sistema Ambiental Paulista;
- Realizada licitação visando a contratação de serviços para evolução da arquitetura e da plataforma tecnológica do DataGEO para construção de

ambientes virtuais da análise territorial versionada em rede, há tendo havido a homologação, a adjudicação e a não objeção do Banco Mundial; e

- Elaborados documentos para licitação visando atualização da infraestrutura física (manutenção do DataGEO) – que estão sendo encaminhados para a Consultoria Jurídica;
- Contratação de serviços para evolução da arquitetura e da plataforma tecnológica do DataGEO para construção de ambientes virtuais da análise territorial versionada em rede. Esta contratação será custeada com recursos do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente, e possibilitará a criação de ambientes de trabalho para as atividades do Zoneamento Ecológico Econômico (DataGEO ZEE) e do PDN, com ferramentas que permitirão a interação de diversas fontes de dados.

Ações previstas:

- Realização de licitação para manutenção do DATAGEO.

b) Relatório de Qualidade Ambiental (RQA)

Relatório que compila as informações produzidas por todos os órgãos do Sistema Ambiental Paulista, composto por textos descritivos, ilustrados por mapas, gráficos e tabelas, com os quais se pretende apresentar um panorama da qualidade ambiental do território paulista e oferecer informações gerais para usuários e leitores com necessidades, disponibilidade e interesses diferenciados.

Status: Seu formato atual vem sendo mantido desde 2010 até a presente data, passando por revisões periódicas de conteúdo, visando seu aprimoramento. Desde 2016 o RQA conta com um capítulo voltado à apresentação das ações e dos programas desenvolvidos pelo Sistema Ambiental Paulista. A edição de 2017 foi finalizada e apresentada ao CONSEMA, tendo sido publicada e distribuída internamente no Sistema Ambiental Paulista.

Ações previstas: Iniciados os trabalhos para a edição de 2018.

c) Projeto Inventário Florestal do Estado de São Paulo

Mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa para fins de estudos e análises ambientais, que permite ao Poder Público e à sociedade o monitoramento das alterações e/ou agressões aos remanescentes da cobertura vegetal nativa.

Status:

- O mapeamento da cobertura vegetal nativa mais recente foi realizado para o período de 2008-2009, na escala 1:25.000, mapeando fragmentos de vegetação de, no mínimo, 0,25 hectares;
- O mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de São Paulo para o período de 2017-2018 foi aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental de São Paulo (em 02/02/2018) – com escala de precisão 1:25.000, escala mínima de vetorização 1:5.000 e área mínima mapeada de 0,1 hectares;
- Em 04/04/2018 foi assinado o Protocolo de Utilização do Mapeamento da Cobertura Vegetal Nativa o Estado de São Paulo – Período 2017-2018 pelos dirigentes dos diversos órgãos e entidades do SAP (Instituto Florestal, Fundação Florestal, Instituto de Botânica, Instituto Geológico, Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) para as atividades de gerenciamento, planejamento, fiscalização, conservação e pesquisa ambiental; e
- Estão sendo finalizados o Termo de Referência e o edital para contratação.

Ações previstas: Realização dos atos administrativos necessários à contratação.

12. CONEXÃO INTERNACIONAL

Na inserção da SMA no cenário internacional, a prospecção de recursos disponibilizados por organismos internacionais de fomento para projetos, e a coordenação dos mesmos tem sido um foco. Destaque para a busca de recursos em rodadas de negociações com parceiros multilaterais para diversos projetos da SMA e a construção de uma cooperação técnica com o Canadá.

Status: Instituído, pela Resolução SMA 07/2018 o Comitê de Integração de Apoio à Assessoria Institucional, com atuação estruturada em três áreas principais: mudanças climáticas, biodiversidade e ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Ações previstas:

- Workshop com técnicos do Water Institute (Canadá);
- Workshop sobre Mudanças Climáticas para a Semana do Meio Ambiente;

- Lançamento da Campanha de Sensibilização sobre os ODS; o primeiro relatório de atividades do Programa SAP/ODS; o lançamento da Plataforma Internacional; e
- Publicações para a participação estratégica nas Conferências das Partes – Mudanças Climáticas e Biodiversidade, bem como participação em suas reuniões preparatórias.

IV – PESQUISA CIENTÍFICA AMBIENTAL

1. MODERNIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DO SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA

A estrutura organizacional do Instituto Florestal foi implantada na década de 1970, quando o órgão ainda era vinculado à Secretaria de Agricultura, e necessita de adequações, considerando as diversas mudanças ocorridas em sua própria composição, e em todo o Sistema Ambiental Paulista ao longo das últimas décadas. Os Institutos de Botânica e Geológico passaram por uma reestruturação em 2010. Constatou-se, todavia, a necessidade de uma análise global de todos os Institutos ligados ao Sistema Ambiental Paulista, que precisam ser modernizados e adaptados às necessidades atuais do Governo do Estado de São Paulo e da população paulista.

Status:

- Foi constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de estabelecer estratégias de modernização dos Institutos do Sistema Ambiental Paulista pela Resolução SMA nº. 120, de 05 de outubro de 2017;
- Os membros do Grupo de Trabalho foram designados pelas Portarias nº. 04, de 11 de janeiro de 2018, e nº. 17, de 19 de março de 2018;
- Foi realizada reunião do Grupo de Trabalho no dia 15/03/2018, na qual se estabeleceu a necessidade de formação de três subgrupos para trabalhar paralelamente nas três linhas de ações da Resolução SMA 120/2017 até o dia 18 de junho de 2018;
- Foram formados os subgrupos, tendo sido agendadas as reuniões de cada um para abril de 2018;
- Realização de discussões dos subgrupos;
- Realização de duas reuniões mensais do Grupo de Trabalho.

Ações previstas:

- Elaboração de relatório conclusivo com as propostas do Grupo de Trabalho.

2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DE PESQUISA (PDIP)

Iniciativa da FAPESP de destinação de recursos para melhoria da infraestrutura de pesquisa e inovação dos Institutos de Pesquisa do Estado de São Paulo – Edital FAPESP 28/2017 lançado em 05/05/2017.

Status: Projetos institucionais foram submetidos à FAPESP (aguardando análise de readequação do orçamento):

- O Projeto do Instituto de Botânica trata dos “Desafios para Conservação da Biodiversidade frente a Mudanças Climáticas, Poluição e Uso e Ocupação do Solo”, tendo sido recomendado o valor de R\$ 7.597.662,37;
- O Instituto Florestal elaborou seu plano visando ampliar, modernizar e disponibilizar o acervo de suas coleções, do sistema de avaliação de projetos de pesquisa, das publicações e do inventário da cobertura vegetal do estado, e aguarda análise de recurso contra o resultado do julgamento dos projetos pela FAPESP; e
- O Instituto Geológico apresentou o projeto “Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Pesquisa Científica do Instituto Geológico para Subsidiar Políticas Públicas na Área do Meio Ambiente”, com recursos pré-aprovados de R\$ 2.698.510,91;
- Publicação de Resolução que especifica a Política de Propriedade Intelectual dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Ação prevista:

- Aquisição de bens de capital e de consumo e contratação de serviços para melhoria da infraestrutura de pesquisa, ampliação e fortalecimento da capacitação científica e tecnológica, de forma a melhor atender as políticas públicas e demandas da sociedade.

3. PROMOÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Parceria entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos por pesquisadores de Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, públicas ou privadas, no estado de São Paulo, de forma a gerar subsídios para a concepção e implantação de projetos inovadores para promoção da conservação, da restauração e do uso sustentável da biodiversidade, observadas as Metas de Aichi.

Status: Foi elaborada minuta de convênio prevendo a aplicação de R\$ 3 milhões em projetos de pesquisas para promoção da conservação, da restauração e do uso sustentável da biodiversidade. Esta minuta já foi validada pela FAPESP e será encaminhada à Consultoria Jurídica. Metade dos valores envolvidos serão aplicados conforme plano de trabalho aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental - tais recursos serão aplicados em pesquisas realizadas em Unidades de Conservação.

Ações previstas:

- Assinatura do convênio;
- Alinhamento com a FAPESP quanto ao conteúdo das chamadas de propostas.

4. CAPACITAÇÃO EM BOTÂNICA

Estabelecimento de cooperação com universidades, instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, extensão e desenvolvimento tecnológico, nacionais e estrangeiros, por meio do Programa de Capacitação em Botânica e Meio Ambiente (Decreto nº. 52.429/2007), com oferecimento de cursos de extensão em Biodiversidade e Meio Ambiente

Status:

- Convênio em execução com o Centro Universitário São Camilo, com vigência até 2019, cujo objeto é a recepção, pelo Instituto de Botânica, de estagiários (pesquisadores – nível pós-graduados), para desenvolvimento de estudos e pesquisas em suas unidades;
- Houve a divulgação de sete cursos de extensão a serem realizados em 2018;

- Foram assinados três convênios com as seguintes Universidades: (1) Universidade Estadual Paulista – UNESP/Ilha Solteira; (2) Fundação de Ensino Octávio Bastos – UNIFEOB/São João da Boa Vista; e (3) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/Aquidauana;
- Está sendo formalizado convênio com a Universidade Federal de São Paulo – Campus de Diadema; e
- Oferecido o III Curso de Verão de Micologia.

Ações previstas: Realização dos cursos de extensão: Capacitação em Técnicas Profissionais de Jardinagem – Programa Jardim Escola, Tecnologia e Conservação de Sementes de Espécies Nativas, Noções de Cultivo *In Vitro* de Orquídeas e Bromélias, Paisagismo Agroecológico, Análise Quantitativa de Fitoplâncton e das Algas Perifíticas e Identificação de Plantas: Árvores da Mata Atlântica.

5. IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO HERBÁRIO D. BENTO PICKEL E NOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO ECOPROFISSIONAL

Status: O Instituto Florestal submeteu duas cartas consultas para implantação de melhorias no Herbário D. Bento Pickel e para a revitalização e implantação de Núcleos de Educação Ecoprofissional do Programa de Jovens, Meio Ambiente e Integração Social no âmbito do Edital de Chamamento Público n. 01 SJDC/FID/2017, cujo objetivo é selecionar projetos a serem apoiados total ou parcialmente com recursos do Fundo Estadual dos Interesses Difusos - FID. Ambas foram aprovadas.

Ações previstas: Elaboração e submissão dos respectivos Planos de Trabalho das Cartas Consultas aprovadas.

V – MEDIDAS DE ECONOMIA E RACIONALIZAÇÃO

1. LOCAÇÃO ZERO

Transferência das seis unidades da CETESB instaladas em imóveis locados para próprios estaduais e/ou cedidos a título gratuito, eliminando despesa anual estimada de R\$ 760.000,00.

Status: Pagamento anual, atualmente, de R\$ 630.000,00 em locação em IPTU para cinco Agências Ambientais da CETESB instaladas em imóveis locados (Campinas, Sorocaba, Piracicaba, Itu e Tatuapé).

Ações previstas:

- Reforma e adaptações em imóveis do Estado cedidos à CETESB em Campinas, Sorocaba e Tatuapé até outubro de 2018; e
- Busca de alternativas para instalação das Agências de Piracicaba e Itu (até dezembro de 2018).

2. MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA CETESB

Adequações e/ou modernizações nas atuais instalações de 12 Agências Ambientais e na sede de Pinheiros.

Status:

- Foram realizadas intervenções nas Agências Ambientais de Registro, Limeira e São Sebastião;
- Estão em andamento as intervenções nas Agências de Campinas e Sorocaba;
- Estão planejadas intervenções nas outras localidades, visando modernização, adequação às necessidades locais e/ou atendimento de legislação específica: Americana, Araçatuba, Guarulhos, São Jose dos Campos, Tatuapé, Taubaté e Sede Pinheiros.

Ações previstas:

- Acompanhamento das intervenções nas Agências de Campinas e Sorocaba; e
- Desenvolvimento de projetos executivos e contratação de serviços para as demais localidades.

3. PROJETO PriSMA

Informatização dos processos administrativos, customizados para as necessidades de cada área técnica do Sistema Ambiental Paulista.

Status:

- Implantado na Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e na CETESB (Diretoria de Impacto e em todas as 46 agências da Diretoria de Controle);
- Treinamentos realizados: 830 técnicos (presencial) e 1.863 técnicos (à distância);
- Um total de 69.933 processos digitais cadastrados.

Ações previstas:

- Primeira fase foi concluída em 28/08/2017;
- Publicada a Resolução SMA 20/2018 instituindo o Projeto PriSMA (Processos Informativos SMA);
- Customização do sistema para as atividades-fim, otimizando os processos: (1) Implantação na Diretoria I (assunto: Autorização para Supressão de Vegetação - ASV); (2) Implantação na Diretoria E no setor ETHV (assunto: análise técnica de veículos); (3) Implantação na Diretoria C (assunto: pastas administrativas); (4) Finalização da implantação relacionada ao Programa Nascentes (assuntos: cadastro e contratação de projetos); (5) Finalização da implantação ligada à CFA (assuntos: defesa e recurso); (6) Finalização da implantação ligada à Coordenadoria de Administração (assunto: diárias); e (7) Finalização da implantação ligada ao Departamento de Recursos Humanos (assunto: férias).

4. COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Retomada da Comissão Interna de Contratações Públicas Sustentáveis.

Status: Constituição da nova Comissão e definição de cronograma de trabalho.

5. SISTEMA DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL

Implantação de Sistema de Aproveitamento de Água Pluvial visando à redução do uso de água da SABESP.

tatus:

- 1ª fase (cerca de 300.000 litros/mês na época de chuvas): foram adaptadas as instalações dos Prédios 01 e 02, para que bacias sanitárias, mictórios, torneiras para rega de jardim e lavagem de pisos, e a torre de resfriamento do sistema

central de refrigeração do Prédio 01 possam utilizar águas pluviais, coletadas e tratadas, sendo que, na ausência de chuvas, o sistema passa a ser abastecido pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). O sistema está em finalização e testes; e

- 2ª fase (cerca de 600.000 litros/mês na época de chuvas): ampliação do sistema para os Prédios 06 e 12, dobrando a capacidade de reservação e aproveitamento de águas de chuvas (em fase de projeto).

Ações previstas:

- 1ª fase: monitoramento do sistema que já se encontra em operação; e
- 2ª fase: deverá entrar em operação em novembro de 2018.

6. SISTEMAS INFORMATIZADOS DE APOIO ÀS AÇÕES DA CETESB

Estão sendo desenvolvidos ou aperfeiçoados sistemas informatizados de apoio às ações da CETESB, destacando-se: (i) Projeto Via Rápida Ambiental – VRA (Desenvolvimento de novos objetos de solicitação para atender as modalidades de licenciamento e/ou documento inerente às atividades com potencial poluidor); (ii) Projeto Via Rápida Empresa – VRE (Integração dos órgãos licenciadores com a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), visando a simplificação e racionalização dos processos de legalização das empresas); (iii) E-Social (Projeto do Governo Federal que envolve Receita Federal, Ministério do Trabalho, INSS e Caixa Econômica Federal para consolidação das obrigações acessórias da área trabalhista em uma única entrega); (iv) Programa de Melhoria e Manutenção dos Veículos a Diesel (projeto que conta com os procedimentos de controle e monitoramento para conseqüente diminuição da emissão veicular para motores do ciclo Oto, assim como o credenciamento de oficinas para adequada avaliação dos mesmos); (v) Sistema para Automação e Gestão de Laboratórios de Calibração (sistema que atende os laboratórios da sede e os descentralizados); (vi) Licenciamento de Operação e Renovação - LOR (sistema com informações centralizadas gerando uma visão única do status de uma dada licença e suas respectivas vistorias, além de informações quanto ao pagamento); (vii) Sistema de Gestão de Multas (sistema que coleta, armazena e processo informações oriundas de fonte estacionárias e móveis em um ponto centralizado. Permite o acompanhamento das multas e recursos de forma

cronológica com o envio de e-mails); (viii) Integração entre SIPOL e Web Service para gestão de processo; (ix) Sistema de Fichas dos Produtos Químicos, incluindo versão Mobile (Sistema com informações sobre os produtos químicos para subsidiar o atendimento do Setor de Emergência da Companhia); e (x) Sistema de Logística Reversa - SLR (Sistema responsável pelo cadastramento de entidades e empresas, descrição do SLR, Plano de Comunicação e relatório anual de resultados).

Status:

- VRA: Implantação do sistema em 28/12/2017 no ambiente de produção. Sistema disponível para o público a partir de 29/12/2017;
- VRE: Fase 1 – Monitoramento do sistema SIL/VRE no ambiente de produção a partir de 17/02/2018. Elaborado o cronograma detalhado das Fases 2 e 3 com data prevista de implantação em 31/05/2018;
- E-Social: previstas novas etapas contemplando alterações para enquadramento na nova legislação trabalhista, sendo necessária Solicitação de Ordem de Compra (SOC) para contratação de suporte na implantação dos novos eventos;
- Programa de Melhoria e Manutenção de Veículos a Diesel: em produção, em fase de contratação para manutenção;
- Sistema para Automação e Gestão de Laboratórios para Calibração: em andamento;
- LOR: em desenvolvimento interno;
- Sistema de Gestão de Multas: implementação de melhorias;
- Integração SIPOL e Web Service: em homologação;
- Sistema de Fichas dos Produtos Químicos, incluindo versão Mobile: em produção; e
- Sistema de Logística Reversa: conclusão prevista para junho/2018.

Ações previstas:

- VRA: Acompanhamento diário do sistema no ambiente de produção e atendimento a *back-logs*;
- VRE: Fase 1 – Monitoramento do sistema SIL/VRE no ambiente de produção a partir de 17/02/2018. Em elaboração o cronograma detalhado das Fases 2 e 3 com data prevista de implantação em Maio/2018;

- E-Social: previstas novas etapas contemplando alterações para enquadramento na nova legislação trabalhista, sendo necessária Solicitação de Ordem de Compra (SOC) para contratação de suporte e manutenção;
- Programa de Melhoria e Manutenção de Veículos a Diesel: necessária SOC para contratar suporte e manutenção;
- Sistema para Automação e Gestão de Laboratórios;
- LOR: aguardando finalização do desenvolvimento para verificar pendências;
- Sistema de Gestão de Multas: serão homologadas as melhorias para serem disponibilizadas em produção;
- Integração SIPOL e Web Service: validação da integração, fazendo carga de histórico, integração com SIGAM;
- Sistema de Fichas dos Produtos Químicos, incluindo versão Mobile: conclusão; e
- Sistema de Logística Reversa: conclusão do desenvolvimento em abril/2018 e disponibilização para homologação.

METAS

Para o ano de 2018 foram definidas as metas e principais entregas, destacadas a seguir, que compõe as ações estratégicas descritas acima.

Instituição	Meta	Prazo
CEA	Portal da Educação Ambiental	Junho
CEA	Projeto EAD (Professores e Gestores Públicos)	Setembro
CEA	Conselho Estadual	Concluído
CPLA/ReciclaSP	Lançamento Sigor Entidades	Concluído
CPLA/ReciclaSP	Revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos	Novembro
CPLA	Resolução de Compatibilização dos Planos Diretores Municipais com Leis Específicas de Mananciais	Agosto
CPLA	ZEE - GERCO Litoral Sul	Novembro
CPLA	ZEE Estado	Novembro
CFA	Plano de Contingência para Incêndios Florestais em Unidades de Conservação	Concluído
CFA	Aplicativo para confecção de laudos técnicos de forma eletrônica e integrada	Concluído
CFA	Conversão de multas em serviços ambientais - Projeto Nascentes - R\$ 16 mi - 320 há	Novembro
CFA	Lançamento Projeto Ninhos	Concluído
CFA	Pátios para destinação de veículos apreendidos	Setembro
CFA	Conciliação Ambiental Digital	Agosto
CFA	Operação FERNÃO DIAS	Concluído
CA	Castrado Ambiental Estadual	Dezembro
CA	Cobrança do passivo da taxa	Dezembro
CA	Envio da proposta de Lei da Taxa, vinculando a UFESP	Junho
CA	Reformulação do Papel Zero/PRISMA: 1ª etapa: Férias e Diárias	Junho
CA	Sistemática de Fundos da SMA	Junho
GESTIC	Continuidade dos serviços da Fábrica de Software	Dezembro
GESTIC	Reestruturação Site	Concluído
GESTIC	Contrato GEF para PSA	Dezembro
GESTIC	Softplan – ações vinculadas ao Papel Zero / Meio Digital	Dezembro
GESTIC	Projetos da Imagens	Concluído
GESTIC	Rede e suporte	Concluído
CBRN	PRA – módulo de Adequação Ambiental e normas complementares	Julho
CBRN	Capacitação do Protocolo de Transição Agroecológica com CATI, INCRA e ITESP	Abril-Setembro
CBRN	Resolução das novas diretrizes do Protocolo Etanol Verde	Concluído
CBRN	Política Estadual da Fauna	Julho
CBRN	PoupaBio - Melhoria do Atendimento de Fauna	Setembro
Ibt	Reabertura do Jardim Botânico	Concluído

Ibt	Comemoração dos 90 anos do JBSP e 80 anos do Ibt	Novembro
Ibt	Aplicativo de visitação e museu multimídia	Novembro
Ibt	Lançamento outorga PDIP/Fapesp	Concluído
Ibt	Resolução Política de Inovação	Agosto
Ibt	Credenciamento Fundação de Apoio à Pesquisa	Agosto
Ibt	Assinatura de contrato DERSA - Rodóanel	Agosto
Ibt	Permissão de área para cicilismo	Agosto
Ibt	Projeto de estimativa de sequestro de carbono do PE Aguapeí	Dezembro
IF	Planos de manejo – Avaré e Marília (Junho/2018) e Itapeva, Pederneiras, Santa Maria, Paranapanema e Serra D'Água	Dezembro
IF	Proposta de criação da Floresta Noroeste Paulista	Concluído
IF	Concessões – Mogi Guaçu e Cajuru	Dezembro
IF	Permissões de uso – Bauru, Botucatu, Mogi Mirim, Avaré I e Tupi	Concluído
IF	Contratação de Sistema de Apoio à Gestão de Pesquisas	Agosto
IF	Reestruturação IF em duas diretorias	Dezembro
IG	Assinatura do PDIP - Fapesp	Concluído
IG	Contratação da reforma	Junho
IG	Contratação Avaliação e Mapeamento de Risco – RMSP e BS	Concluído
IG	Contratação Avaliação e Mapeamento de Risco – RMSP e LN	Agosto
IG	Protocolo de Intenções entre Water Institute (Universidade de Waterloo/Canadá) e SMA (IG/CETESB/FF)	Concluído
IG	X Seminário sobre Estratégias para Redução de Riscos e Desastres do Estado de São Paulo	Novembro
IG	Evento IG/Defesa Civil/COMDECs Lançamento de Produtos para o PPDC de Ressacas e Marés Altas	Concluído
Institutos	Proposta de reorganização integrada dos Institutos	Dezembro
CPU	Entrega Jequitiba – Platô 4	Concluído
CPU	Chamamento para novas permissões em todos os parques	Junho
CPU	Plano de Mídia	Agosto
CPU	Plantio no Pomar / Marginal Verde	Junho
Comunicação	Novas etapas do Verão no Clima	Outubro
Comunicação	Lançamento Papo Sustentável	Concluído
Comunicação	Reporter Ambiente	Concluído
Comunicação	50 anos de Cetesb	Julho
Comunicação	Ambiente e Tal	Concluído
Comunicação	Integra SMA	Concluído
FZOO	Reabertura do Zoo para visitação	Concluído
FZOO	Novo recinto para Casa Noturna	Dezembro
FZOO	Certificação ISO 9000	Dezembro
FZOO	Projeto de Conservação do Pato Mergulhão	Dezembro
FZOO	Implantação do NIT	Dezembro
FZOO	Concessão Espaço Mata Atlântica	Dezembro
Nascentes	Acompanhamento SARE – Meta 10.000 há	Dezembro
Nascentes	Fomento a conversão de multas do setor sucroenergético	Permanente

Nascentes	Premio Nascentes	Cancelado
Conexão Mata Atlântica	Lançamento de dois editais de PSA: Proteção, com leilão reverso e 2) Uso Múltiplo, que serão constantes	Concluído
Conexão Mata Atlântica	Assinatura de Termos de Compromissos de PSA Mata Atlântica nos municípios de Paraibuna, Bananal, São Francisco Xavier, São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra	Concluído
SP Agricultura Clima	Assinatura de contrato - Projeto SP Agricultura Pro Clima	Dezembro
Florestas Paulistas	Lançamento do Plano de Negócios para o Polo Florestal Multifuncional Piloto no Vale do Paraíba	Concluído
Florestas Paulistas	Definição da área e preparação da proposta de polo florestal multifuncional em área de cana-de-açúcar, com FGV Agro, Única e Orplana	Setembro
Ecoturismo	Termo de Parceria com Secretaria de Turismo	Junho
Ecoturismo	Projeto Descobrimos Nossos Parques SP	Junho
Ecoturismo	Lançamento Passaporte Trilhas	Junho
Ecoturismo	Lançamento Passaporte Aves	Concluído
Ecoturismo	Levantamento de unificação de todo uso público do SAP com folder para divulgação	Outubro
Novas UC	Criação do Parque Águas da Billings	Concluído
Novas UC	Parque Águas da Prata	Concluído
Novas UC	APA Itapeti	Agosto
Novas UC	APA Barreiro Rico	Outubro
AINT	Evento Pré-COPs – integrando as agendas de clima e biodiversidade	Setembro
AINT	Evento São Paulo no Clima	Concluído
AINT	Preparação e participação COP 14 – Egito – publicação e evento paralelo	Novembro
AINT	Preparação e participação COP 24 – Polônia	Dezembro
AINT	Lançamento do Plano de Ação Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Concluído
AINT	Lançamento da Plataforma Internacional	Concluído
GIRS/ReciclaSP	Assinatura do Termo de Compromisso e elaboração do Plano Regional de Resíduos Sólidos de 3 regiões piloto: Sorocaba, Ribeirão Preto e Piracicaba/Campinas	Dezembro
GIRS/ReciclaSP	Zerar lixões a céu aberto	Dezembro
GIRS/ReciclaSP	Publicação de regra com advertência para quem não aderiu ao plano – RD da Cetesb	Concluído
GIRS/ReciclaSP	Assinatura de 3 novos Termos de Compromissos e 1 Aditivo de Logística Reversa	Dezembro
GIRS/ReciclaSP	Assinatura de parceria com FIESP para Logística Reversa de Embalagens	Concluído
Proteção Animal	Realização de capacitações no Ambiente Móvel e com municípios com World Animal Protection	Dezembro
Proteção Animal	Lançamento Termo de Parceria com ONGs (WAP) e Universidades (USP)	Concluído
Proteção Animal	Lançamento Campanha de Amigos para Sempre / Abandono e Maus Tratos com Metrô, CPTM e Rodovias (ARTESP e DER)	Concluído
Proteção Animal	Contratação de áreas prioritárias para realização de controle populacional de cães e gatos / FF	Junho
Proteção Animal	Articulação para ampliação do RGA/CCZ SP para o Estado de São Paulo, com hospedagem pela SMA e disponibilização de link no SIGAM – banco de dados estadual	Dezembro

Proteção Animal	Envio à Alesp Projeto de Lei Estadual para Proteção Animal, cria o cadastro estadual e institui penalidades para maus tratos a animais domésticos	Concluído
Cetesb	PREFE - implantação da 2ª fase	Agosto
Cetesb	Sincet Web - Sistema de Inventário de Fontes de Poluição	Agosto
Cetesb	Novas instalações de Campinas e Sorocaba	Outubro
Cetesb	Proposta de novas fases do Proconve	Concluído
Cetesb	Aprimoramento do Geoportal - Sala Cenários	Dezembro
Cetesb	Pilotos para qualidade da praia e plástico no mar	Cancelado
FF	Priorização das demandas e projetos da Câmara de Compensação Ambiental	
FF	o Definição de infraestruturas básicas de 9 UCs para uso público (+ 30 dias para elaboração do TdR)	Junho
FF	o TdR de identificação e aquisição dos imóveis prioritários para a gestão das UCs (CCA junho)	Julho
FF	o TdR para contratação de estudos das potencialidades das UCs (RAPPAM) (CCA junho)	Agosto
FF	o TdR de delimitação dos limites das UCs (CCA junho)	Setembro
FF	o TdR de contratação de serviços para elaboração e planos de manejo e planos de uso tradicional no MOJAC (CCA junho)	Outubro
FF	Integração e padronização dos procedimentos internos	
FF	o Adoção de pareceres referenciais e minutas padrão de editais e contratos	Junho
FF	o Elaboração de roteiros procedimentais das atividades e responsabilidades dos órgãos	Julho
FF	Criação de modelos construtivos de infraestrutura para as unidades de conservação	Julho
FF	Implantação dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação	Dezembro
FF	Entrega dos projetos do Programa BID	Dezembro
FF	Concessões das Áreas de Uso Público em UCs	
FF	o Publicação dos Editais de Parques Estaduais Campos do Jordão e Cantareira	Julho
FF	o Parque Estadual Intervalos - TdR para estudos de demanda e modelagem econômica para CCA de abril	Novembro
FF	Comercialização de Resina e Madeira para sustentabilidade do sistema	Setembro
FF	Fortalecimento da Marca da FF	Concluído